

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GUSTAVO WOYTOWICZ FERRARI

**PRODUÇÃO INTELECTUAL DOS DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO PARANÁ (TJPR): 2000-2010**

CURITIBA

2010

GUSTAVO WOYTOWICZ FERRARI

**PRODUÇÃO INTELECTUAL DOS DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO PARANÁ (TJPR): 2000-2010**

Monografia apresentada à disciplina
Pesquisa em Informação II, do curso
Gestão da Informação, Setor de Ciências
Sociais Aplicadas, Universidade Federal
do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Suely Ferreira da Silva

CURITIBA

2010

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Elaine Maria Woytowicz Ferrari, pelo apoio e ajuda prestada para que eu fosse capaz de prosseguir com a minha pesquisa.

Ao meu pai, Emerson Sérgio Ferrari, pelo constante incentivo e carinho, durante todo o meu percurso.

À professora Suely Ferreira da Silva, pelas orientações e por toda a sua paciência ao longo deste trabalho.

Aos meus colegas de curso, que me acompanharam durante todo o processo para a elaboração deste produto final.

E para todos os amigos que de alguma maneira, em algum momento, estiveram envolvidos nesta caminhada, o meu sincero agradecimento.

RESUMO

Pesquisa exploratória em periódicos online e impressos, com o objetivo de identificar e registrar a produção intelectual, doutrinária e jurisprudencial dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná publicada no período 2000-2010, discriminada por tipologia cível e criminal, e estabelecer ranking de produtividade dos Desembargadores. Adota amostra de 50 desembargadores selecionados numa lista de 120, com o critério antiguidade no cargo. Indica como principais resultados: maioria de documentos jurisprudenciais 70,27% contra 29,73% doutrinários, recuperados em sua maioria nas fontes impressas. Aponta o registro de produção intelectual para 42 (84%) dos nomes pesquisados, com 8 (16%) sem nenhum registro de produção nas fontes consultadas. O Desembargador que encabeça o ranking como o mais produtivo da amostra, totaliza 10,13% da produção total identificada, e é coincidentemente também o mais antigo Desembargador da amostra, porém não se estabelece relação entre produtividade e antiguidade no cargo. Conclui que a formação de repositórios da memória institucional ajuda a dar maior visibilidade da produção intelectual, sendo estabelecido com esta pesquisa um primeiro banco com o registro da produção intelectual jurídica da instituição TJPR.

Palavras-chave: Produção intelectual. Repositórios Institucionais. Memória Institucional. Gestão do conhecimento. Recuperação da informação

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: CÂMARAS CÍVEIS: COMPETÊNCIA	12
QUADRO 2: CÂMARAS CRIMINAIS: COMPETÊNCIA	13
QUADRO 3: CARACTERÍSTICAS PARA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO	18
QUADRO 4: PRODUÇÃO INTELECTUAL RECUPERADA NO JUS NAVIGANDI (2000-2010).....	35
QUADRO 5: TEMÁTICA DOS DOCUMENTOS RECUPERADOS NO JUS NAVIGANDI (2000-2010)	36
QUADRO 6: PRODUÇÃO INTELECTUAL RECUPERADA NO DIREITONET (2000-2010)	37
QUADRO 7: DOCTRINA PUBLICADA, EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS (2000-2010)	40
QUADRO 8: JURISPRUDÊNCIA REGISTRADA, REVISTA FORENSE, IMPRESSA (2000-2010).....	41
QUADRO 9: JURISPRUDÊNCIA REGISTRADA, REVISTA DOS TRIBUNAIS, IMPRESSA, POR CÂMARA (2000-2010)	42
QUADRO 10: RANKING DE PRODUTIVIDADE DESEMBARGADORES DO TJPR (2000-2010).....	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

DJE – Diário de Justiça do Estado do Paraná

e-DJ – Diário de Justiça Eletrônico

GEN – Grupo Editorial Nacional

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ICP-Brasil – Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras

ISSN – *International Standart Serial Number*

MI – Memória Institucional

RT – Revista dos Tribunais

TJPR – Tribunal de Justiça do Paraná

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

WWW – *World Wide Web* (Rede de alcance Mundial)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	PROBLEMA.....	8
1.2	JUSTIFICATIVA	8
2	OBJETIVOS	10
2.1	GERAL	10
2.2	ESPECÍFICOS	10
3	METODOLOGIA	11
3.1	O AMBIENTE DE PESQUISA: HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ (TJPR).....	11
3.2	ÓRGÃOS JULGADORES DO TJPR: COMPETÊNCIA	12
3.3	O TJPR E SEU PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	14
3.4	REPOSITÓRIOS OFICIAIS DO TJPR.....	20
3.5	O LEVANTAMENTO DOS DADOS	20
4	LITERATURA PERTINENTE	26
4.1	CONHECIMENTO JURÍDICO	26
4.2	A CRIAÇÃO DO CONHECIMENTO JURÍDICO E A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA.....	28
4.3	A PRODUÇÃO INTELECTUAL E SUA IMPORTÂNCIA.....	31
4.4	PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA CIENTÍFICA: IMPORTÂNCIA.....	31
4.5	A CONTRIBUIÇÃO DE GRUPOS DE ESTUDOS PARA A PESQUISA JURÍDICA	33
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	35
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
	REFERÊNCIAS	53
	APÊNDICES.....	56
	ANEXOS	65

1 INTRODUÇÃO

A atuação dos Desembargadores, em julgamentos e posteriores tomadas de decisões, fundamenta-se em pressupostos da formação intelectual de cada um, o uso de doutrina e jurisprudência e consulta em diversas fontes jurídicas.

Estas decisões e o raciocínio formado por estes Magistrados constituem-se em uma contribuição que pode ter proveito jurídico, intelectual, científico, ou acadêmico, podendo ser consultada e utilizada e gerar impactos para cada área ou subárea do Direito e para a organização que os mantém.

Identificar a contribuição de cada Desembargador evidencia o quanto cada um está produzindo, como estão tomando suas decisões e que tipos de fontes informacionais estão sendo utilizadas por eles, tendo em vista que o resgate da memória intelectual e/ou científica tem sido ao longo dos anos, uma preocupação que se manifesta na prática de pesquisadores e técnicos nos diferentes setores da atividade humana. A fim de configurar características e perspectivas futuras de proposições teóricas e de constatações que orientam essa prática, esse tipo de resgate envolve a sociedade em ação coletiva e gera os repositórios institucionais como bancos de preservação da produção intelectual das diferentes organizações, evidenciando a importância da preservação da memória de uma época ou de um grupo e dos conhecimentos então produzidos.

Na medida em que o conhecimento está se tornando o recurso estratégico das nações, cabe às organizações o papel de preparar as diferentes gerações para a utilização do conhecimento no processo de transformação social. Esta pesquisa busca resgatar e registrar a memória institucional, na pessoa de 50 Desembargadores selecionados do TJPR.

Esta proposta de investigação pode ser classificada como um subprojeto do Projeto Memória Institucional (MI) do Tribunal de Justiça do Paraná, desenvolvido pelo Centro de Documentação e terá como produto a disponibilização dos resultados na Base de Dados MI, desenvolvida como módulo da Base SABIÁ, cuja recuperação se dará por: nome do Desembargador, tipo de documento, título, câmara de origem e assunto.

1.1 PROBLEMA

O problema central estudado relaciona-se com a inexistência de mecanismos que permitam, atualmente, identificar e listar a produção intelectual por Desembargador ou por tipo de documento (doutrina e jurisprudência) no *staff* do TJPR, podendo ser explicitado no seguinte questionamento “qual a contribuição dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná no que se refere à produção intelectual, tomando por base a doutrina e jurisprudência coletadas em portais, sites jurídicos e periódicos impressos selecionados da área jurídica?”.

Existe no Tribunal de Justiça do Paraná, a necessidade de uma reflexão sobre a importância da produção intelectual dos Desembargadores. Tendo como subsídio a legislação, doutrina e a jurisprudência os desembargadores discutem as diferentes lides que culminam com o julgamento em câmaras especializadas, tanto no cível como no crime. Esses acordos assinados nas diferentes câmaras estão disponibilizados na Internet, via banco de dados jurisprudencial do Tribunal e é acessado pelos interessados em atualizar o conhecimento, especializar-se em relação a um assunto ou ainda inteirar-se de aspectos legislativos novos.

Dessa forma o resultado obtido com a investigação permitiu colocar em evidência a produção dos Desembargadores e disponibilizá-la num primeiro banco da produção intelectual e/ou memória institucional do Tribunal.

1.2 JUSTIFICATIVA

Este estudo é importante, pois permitiu mapear a produção intelectual dos Desembargadores do TJPR, no período correspondente a 2000-2010, via doutrina e jurisprudência nas fontes de informação selecionadas, o que proporcionou organizar o primeiro banco da memória institucional como repositório referencial para novas investigações que permitam mapear o desenvolvimento do pensamento jurídico institucional para a grande área do conhecimento, a área jurídica.

A investigação se apresenta relevante ainda, por constituir-se em um mecanismo de gestão do conhecimento e maximização da visibilidade da produção intelectual de uma instituição. Se todas as instituições de ensino e pesquisa constituírem os seus repositórios institucionais, esse mecanismo se tornará uma

iniciativa nacional de gestão e ampliação da visibilidade da produção científica brasileira, que é uma das principais formas de impulsionar o desenvolvimento científico nacional e mundial.

Esses repertórios que permitem registrar a memória intelectual podem ser do tipo: Institucional – aquele voltado à produção de uma instituição em especial; temático – voltados a comunidades específicas, de áreas especializadas do conhecimento; e ainda de tipos específicos de documentos como teses e dissertações, artigos científicos, etc.

O repositório da memória institucional do TJPR constituirá, portanto, um serviço de informação científica – dedicado ao gerenciamento da produção intelectual da instituição.

Entre os benefícios advindos do mapeamento da produção intelectual para os colaboradores/pesquisadores pode-se afirmar que aumenta a visibilidade de descobertas científicas; facilita o acesso aos conteúdos produzidos internamente; diminui as possibilidades de plágios, pois, ao disseminar a informação, favorece o registro da autoria. Para a instituição e comunidade científica contribui para a colaboração na pesquisa, por meio da facilitação de troca livre de informação; contribui para o entendimento público das atividades e esforços de pesquisa; favorece a colaboração, em escala global, na medida em que explicita resultados de pesquisa e neste caso, destaca a magistratura paranaense; além de favorecer o estabelecimento de prioridades nas descobertas e melhorar o fluxo do conhecimento registrado. O registro da memória organizacional é de suma importância para a sociedade e demais instituições. O controle e gerenciamento adequados do conteúdo documental dessa memória transformam o conhecimento gerado em patrimônio marcante para a evidência de sua história.

Para a Universidade Federal do Paraná, e, mais especificamente o curso de Gestão da Informação, esta pesquisa apresenta a importância do profissional Gestor da Informação para a área jurídica quando o prepara para desenvolver práticas dentro de diferentes organizações, que valorizam o compartilhamento de conhecimentos pela troca de experiências nos diferentes espaços, sejam esses conhecimentos já sistematizados ou não.

2 OBJETIVOS

Com o intuito de destacar as metas do estudo aqui proposto, apresentam-se os objetivos geral e específicos.

2.1 GERAL

Constitui o objetivo geral, identificar a produção intelectual, dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná intentando dar visibilidade à produção e registrar a memória intelectual, no período compreendido entre 2000 a 2010.

2.2 ESPECÍFICOS

Constituem os objetivos específicos:

- a) identificar a produção intelectual em Portais e Sites jurídicos da rede “www”, que permitam recuperar a tipologia documental apontada para os Desembargadores do TJPR;
- b) selecionar periódicos jurídicos impressos, considerando critérios de qualidade das fontes, e identificar, por nome do Desembargador (lista de antiguidade disponibilizada no site TJPR de 09/08/2010), a produção dos Desembargadores paranaenses e/ou a citação dessa produção;
- c) registrar a memória intelectual institucional para definir ranking de produção/citação, por nome dos Desembargadores selecionados.

3 METODOLOGIA

A pesquisa realizada caracteriza-se como documental e exploratória (SANTOS, 1999), pois se organiza a partir do exame de diversas fontes, buscando identificar a produção dos Desembargadores do Paraná e responder os problemas propostos, sendo a primeira aproximação com o tema. Para identificar esta produção foi necessário inicialmente conhecer a história que determinou a organização do Poder Judiciário no Paraná, identificar os desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná e a sua atuação nas diversas câmaras de julgamentos especializadas.

3.1 O AMBIENTE DA PESQUISA: HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ (TJPR)

A história do TJPR remonta a 1700, época em que o Brasil era colônia de Portugal. Dom Pedro criou a Ouvidoria Geral para as Capitanias do sul, com Paranaguá sendo subordinada. Em 1822, com a independência, foi imposta uma nova organização judiciária juntamente com a transferência da ouvidoria para Curitiba. Generoso Marques, ao assumir o governo do Paraná, deu a primeira Constituição do Estado em 4 de julho de 1891, em que se estabeleciam novas normas para o judiciário.

O Judiciário do Estado passou por várias alterações, destacando-se a primeira vez em que o tribunal, antes chamado de “Tribunal de Apelação”, foi denominado Tribunal de Justiça do Paraná, informação encontrada no art. 47 da Constituição do Paraná de 30 de março de 1927 (SILVA, 2010).

Novas mudanças ocorreram em 1 de dezembro de 1937, data em que o governador Manoel Ribas modificou o sistema judiciário paranaense, dividindo-o em entrâncias, pelo Decreto n. 5907. Em 1946, com a redemocratização do Brasil após o presidente Getúlio Vargas sair do poder, foi promulgada uma nova Constituição, mantendo aos Estados a atribuição da organização judiciária, permitindo a criação de Tribunais de Alçada, inferiores aos Tribunais de Justiça.

Em 1970 a Emenda Constitucional n. 02 criou o Tribunal de Alçada do Paraná, elevando a execução da justiça em segunda instância para os dois órgãos.

O Tribunal de Justiça do Paraná, como está constituído atualmente, data de 2004, quando houve a fusão dos Tribunais de Alçada e Justiça, pela Emenda Constitucional n.45, data em que todos os juízes passaram a ter o título de Desembargador, totalizando 120, dos quais 50 eram do Tribunal de Justiça e 70 integravam o extinto Tribunal de Alçada. Desde 2005 o Palácio da Justiça do Paraná sediado no Centro Cívico de Curitiba, conta com um novo prédio anexo de 12 andares que abriga a cúpula administrativa e o grupo de Desembargadores.

3.2 ÓRGÃOS JULGADORES DO TJPR: COMPETÊNCIA

O TJPR, por força regimental, é constituído de câmaras cíveis e criminais, órgão especial e Tribunal Pleno, com competência especializada definida e atualizada por diferentes resoluções aprovadas internamente. São elas:

1ª, 2ª e 3ª Câmara Cível	Ações e execuções relativas à matéria tributária e fiscal; responsabilidade civil de direito público; direitos dos servidores. (De acordo com a Resolução n. 6, de 08/08/2008, publicada no DJE n. 7687, de 27/08/2008 p.2)
4ª, 5ª Câmara Cível	Ação popular, ação civil pública, ato de improbidade administrativa; licitação e contratos administrativos; desapropriação; concursos públicos; pedidos de intervenção; pessoa jurídica de direito público e autarquias. (De acordo com a Resolução n. 6, de 08/08/2008, publicada no DJE n. 7687, de 27/08/2008 p.2)
6ª, 7ª Câmara Cível	Previdência pública e privada; ensino público e particular; (De acordo com a Resolução n. 10, de 25/05/2005, publicada no DJE n. 6882, de 03/06/2005 p.11)
8ª, 9ª, 10ª Câmara Cível	Responsabilidade civil, inclusive as decorrentes de acidente de veículo e de acidente de trabalho, condomínio edilício; contrato de seguro de qualquer natureza, inclusive as execuções dele derivadas e as ações decorrentes de plano de saúde; (De acordo com a Resolução n. 10, de 25/05/2005, publicada no DJE n. 6882, de 03/06/2005 p.11)

Continua

Conclusão

11ª, 12ª Câmara Cível	Direito de Família e a união estável; Estatuto da Criança e do Adolescente, ressalvada a matéria infracional; Direito das Sucessões; Registros Públicos; arrendamento rural e a parceria agrícola; locação em geral, prestação de serviços, exceto quando concernentes exclusivamente à responsabilidade civil; (De acordo com a Resolução n. 10, de 25/05/2005, publicada no DJE n. 6882, de 03/06/2005 p.11)
13ª, 14ª, 15ª, 16ª Câmara Cível	Título extrajudicial e as ações a ele relativas, inclusive quando cumuladas com pedido de indenização; negócios jurídicos bancários, cartões de crédito e consórcios, inclusive quando cumuladas com pedido de indenização; alienação fiduciária e a arrendamento mercantil; (De acordo com a Resolução n. 10, de 25/05/2005, publicada no DJE n. 6882, de 03/06/2005 p.11)
17ª, 18ª Câmara Cível	Posse e o domínio; Direito Falimentar, exceto a matéria penal; dissolução e liquidação de sociedade. (De acordo com a Resolução n. 10, de 25/05/2005, publicada no DJE n. 6882, de 03/06/2005 p.11)

QUADRO 1 : CÂMARAS CÍVEIS: COMPETÊNCIA.

Fonte: Resolução 06/2008 e Resolução 10/2005

Ao todo são dezoito (18) câmaras cíveis e cinco (5) câmaras criminais (Quadro 2) a seguir, compostas cada uma de cinco Desembargadores, que julgam de acordo com as especialidades de cada câmara, previstas nas Resoluções n.6 de 08/08/2008 e n. 10 de 25/05/2005.

1ª Câmara Criminal	Crimes contra a pessoa, exceto os contra a honra; atos infracionais previstos no ECA , por estes praticados; processos oriundos do Conselho de Justificação; (De acordo com a Resolução n. 10, de 25/05/2005, publicada no DJE n. 6882, de 03/06/2005 p.11)
2ª Câmara Criminal	Infrações penais atribuídas a Prefeitos e ex-prefeitos Municipais; crimes contra a administração pública; crimes contra a fé pública; contra a honra; incolumidade pública; contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo; crimes ambientais; demais infrações penais, na proporção de metade do que delas for distribuído, isoladamente, à Terceira, à Quarta e à Quinta Câmaras Criminais; (De acordo com a Resolução n. 10, de 25/05/2005, publicada no DJE n. 6882, de 03/06/2005 p.11)

Continua

Conclusão

3ª, 4ª, 5ª Câmara Criminal	Crimes contra o patrimônio; contra os costumes; contra a paz pública; infrações penais relativas a tóxicos e entorpecentes; demais infrações penais. (De acordo com a Resolução n. 10, de 25/05/2005, publicada no DJE n. 6882, de 03/06/2005 p.11)
----------------------------	--

QUADRO 2: CÂMARAS CRIMINAIS: COMPETÊNCIA.

Fonte: Resolução 10/2005

Disponibilizar mensalmente a produtividade dos magistrados no portal do tribunal, em especial a quantidade de julgamentos com e sem resolução de mérito e homologatórios de acordos, subdivididos por competência é texto encontrado na meta 7, incluída no Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Nacional (2010) pelo Conselho Nacional de Justiça e imposta à todos os tribunais estaduais.

3.3 O TJPR E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A gestão estratégica no Poder Judiciário do Estado do Paraná foi iniciada no ano de 2008, momento em que foi elaborada a 1ª versão do Planejamento Estratégico, com abrangência dos anos (2008-2013), sendo aprovada unanimemente por todos os desembargadores integrantes do Órgão Especial do Tribunal de Justiça. Em 2009 o Planejamento Estratégico foi atualizado e lançado em sua 2ª versão, para os anos (2010-2014). Esta revisão foi executada por meio de Seminários realizados no interior do Estado e na Capital, com participações de lideranças regionais, colaboradores internos e externos (associações de classe, Ordem dos Advogados do Paraná e Ministério Público), visando a revisão e alinhamento ao Mapa Estratégico do Judiciário Nacional.

O Poder Judiciário é (PARANÁ, 2009, p.3) “um dos poderes de Estado Brasileiro, composto por ministros, desembargadores e juízes, os quais têm a função de julgar, de acordo com as leis criadas pelo Poder Legislativo e de acordo com as regras constitucionais do País.” Seu funcionamento é de responsabilidade de diferentes órgãos como o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, Tribunais Regionais Federais, Tribunais do Trabalho, Tribunais Eleitorais, Tribunais Militares e Tribunais dos Estados e Distrito Federal.

Aos Tribunais de Justiça compete por meio dos Desembargadores, em segundo grau de jurisdição (PARANA, 2009, p.3) “[...] revisar as decisões dos juízes de primeiro grau”. Aos juízes de Direito em primeiro grau compete o julgamento de ações de pessoas físicas ou jurídicas, atuando nas varas cíveis, criminais, da fazenda pública, da família, da infância e juventude, de execuções penais, de inquéritos policiais, de execução de penas e medidas alternativas, de débitos, de trânsito, de adolescentes infratores, de registros públicos, acidentes de trabalho e precatórias cíveis, de precatórias criminais, da corregedoria dos presídios, dos tribunais de júri, nos juizados especiais cíveis e criminais, nas turmas recursais e no conselho de supervisão dos Juizados Especiais. (PARANÁ, 2009, p.3)

No Paraná, o Tribunal de Justiça compõe-se de “cento e vinte (120) Desembargadores e quinhentos e oitenta e oito (588) Juízes de Direito” (PARANÁ, 2009, p.4). O TJ do Paraná compartilha com os demais órgãos do Judiciário Brasileiro dez metas prioritárias para o ano de 2010, que foram definidas em reunião no 3º Encontro do Judiciário (METAS, 2010). Entre as metas encontram-se:

Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal;

Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31/12/2009);

Implantar método de gerenciamento de rotinas (gestão de processos de trabalho) em pelo menos 50% das unidades judiciárias de 1º grau;

Reduzir em pelo menos 2% o consumo per capita (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) com energia, telefone, papel, água e combustível (ano de referência: 2009); e prioritariamente

Disponibilizar mensalmente a produtividade dos magistrados no portal do tribunal, em especial a quantidade de julgamentos com e sem resolução de mérito e homologatórios de acordos, subdivididos por competência, e, realizar, por meio eletrônico, 90% das comunicações oficiais entre os órgãos do Poder Judiciário, inclusive cartas precatórias e de ordem.

Também são definidas algumas ações estratégicas para este ano, que são:

- 1) Plano de ação para os tribunais que ainda não cumpriram suas Metas de Nivelamento para 2009.
- 2) Ano da Justiça Criminal, com ações para reduzir a zero o número de presos em delegacias, entre outros objetivos.
- 3) Criação de centro de capacitação de servidores.

No site do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está disponível para acesso uma ferramenta online denominada “processômetro”, onde é possível realizar a pesquisa e acompanhamento das 10 metas prioritárias, filtrando os resultados por tribunais, de forma a visualizar a porcentagem (%) de cumprimento de cada meta, e também em forma de gráficos de linha ou de barra (BRASIL, Conselho, 2010).

Utilizando esta ferramenta para filtrar a meta número um (1), visando ter uma idéia da quantidade de processos que entram para serem julgados apenas no Tribunal de Justiça do Paraná, verifica-se que de Janeiro a Julho de 2010 já foram julgados 244.661 processos de um total de 286.146, representando 85,50% de processos julgados. Separando por tipologia, 228.024 do total de processos são cíveis e 58.122 são criminais, tendo sido julgados respectivamente 193.339 (84,79%) processos cíveis e 51.322 (88,30%) criminais.

Com estes números é possível afirmar que a carga de trabalho dos Desembargadores é extensa e a produtividade quase alcança a meta estabelecida pelo CNJ para 2010, que foi a de julgar a quantidade de processos igual à quantidade acumulada, pelo menos até o mês de Julho de 2010, último dado disponível para acesso até a data de consulta (28/10/2010). E levando-se em conta que estes números são representativos apenas ao ano de 2010, pode-se imaginar a quantidade de processos julgados de 2000-2009.

A reforma do Judiciário perpassa também pela transparência de todas as suas decisões o que tem gerado uma variedade de informações que estão sendo disponibilizadas em diferentes fontes de informação na Internet e acompanhadas de perto pelo Conselho Nacional de Justiça.

A escolha de fontes de informação de qualidade é importante para que seja dada credibilidade e confiabilidade a uma pesquisa. Para tanto, é necessário que sejam identificados critérios para avaliar corretamente as fontes informacionais,

filtrando aquelas adequadas para os estudos propostos. As autoras Krzyzanowski e Ferreira (1998) discorrem sobre alguns elementos importantes a serem observados em fontes periódicas impressas, tais como a regularidade na publicação e distribuição das revistas; normalização dos artigos e doutrinas publicados nas revistas como um todo; presença de corpo editorial e de autoridades, elementos estes que dão credibilidade a estas fontes.

Com o desenvolvimento tecnológico crescente desde o fim dos anos 1990, além do crescimento das já tradicionais fontes impressas, surgiram e se multiplicaram rapidamente as fontes eletrônicas na Internet, sendo necessário desta forma o estabelecimento e uso de novos critérios de avaliação de qualidade, pois a Internet é aberta para qualquer pessoa, livre para incluir, retirar e modificar documentos a todo instante, o que pode acarretar falta de credibilidade em algumas páginas da rede. Conforme Tomaél (2008, p.vii) explicita, “A Internet é considerada uma fonte valorosa de informação que subsidia – com seus recursos – desde pesquisas de alta tecnologia até estudantes de ensino fundamental”, pois têm diversos recursos de interação, como textos, imagens, vídeos, sons, multimídia, entre outros, tornando-se assim uma extensão da biblioteca e de outros serviços de informação, com facilidade de acesso e rapidez.

Os autores Sales e Almeida (2007, p.6) argumentam que “Em decorrência do exponencial desenvolvimento das tecnologias utilizadas para informar, as fontes estão cada dia mais presentes na rede internacional de computadores”. A cada dia novos conteúdos são disponibilizados, e o controle sobre eles se torna mais difícil, fato este que Tomaél et al. (2001, p.6) justifica em razão da informalidade que impera na Internet, em que a maioria das fontes não apresenta informações técnicas como autoria, responsabilidade, vinculação institucional, fatores estes que poderiam dar maior credibilidade as fontes.

Sales e Almeida (2007, p.7) expõem também a necessidade da realização de um estudo referente aos critérios das fontes de informação utilizadas na Internet, pelo fato de geralmente não serem submetidas a avaliações prévias, e em muitas vezes disponibilizarem informações irrelevantes, impertinentes, imprecisas e desatualizadas.

Por conta disto, são sintetizados por Tomaél (2008, p.11-12) diversos atributos de qualidade coletados na literatura existente da área, tendo em vista a

avaliação da qualidade das fontes de informação online, apresentados no seguinte quadro:

Autores	Atributos de qualidade	Detalhamento
Wang e Strong (1996)	Categoria Intrínseca	- Precisão, Objetividade, capacidade de compreensão, autoridade.
	Categoria de acessibilidade	- Acessibilidade e segurança;
	Categoria contextual	- Relevância, valor agregado, Integridade, Conveniência, Quantidade apropriada.
	Categoria de representação	- Passível de interpretação, fácil entendimento, representação concisa e consistente.
Lee et al. (2002)	Acessibilidade	- Informação facilmente recuperável, acessível e viável.
	Capacidade de compreensão	- Informação de fácil compreensão ou de credibilidade duvidosa; Informação confiável e verossímil.
	Integridade	- A informação inclui todos os méritos necessários e é suficientemente completa? Atende às necessidades? É ampla e profunda?
	Fácil manuseio	- Uso fácil perante uma necessidade específica; Facilidade de integração.
	Livre de erros	- Correta, precisa e confiável.
	Interpretação	- Unidades de mensuração são claras; - Facilidade de compreensão.
	Objetividade	- Baseada em fatos, objetiva, visão imparcial.
	Credibilidade	- Origina-se de fontes com qualidade.
	Segurança	- Proteção contra acessos não autorizados; Acesso restrito à informação e por pessoas autorizadas.
	Conveniência	- Suficientemente atualizada e oportuna.
	Compreensão	- Facilidade de entendimento.
Tomaél et al. (2004)	Informações de identificação	- Dados da pessoa jurídica ou física responsável pela fonte.
	Consistência das informações	- Detalhamento e completeza das informações.
	Confiabilidade das informações	- Autoridade ou responsabilidade.
	Links	- Internos e externos.
	Facilidade de uso	- Navegação na fonte.
	Layout da fonte	- Mídias utilizadas.
	Restrições percebidas	- Situações que podem restringir ou desestimular o uso da fonte.
	Suporte ao usuário	- Auxílio aos usuários.

Continua

Conclusão

Barnes e Vidgen (2004)	Usabilidade	- Facilidade de uso e de navegação; design apropriado; imagem atrativa; competência e possibilidade de experiência positiva no usuário.
	Qualidade das informações	- Conveniência da informação para os propósitos, como, por exemplo, precisão, confiabilidade, pertinência, fácil entendimento, formato apropriado e profundidade da informação.
	Qualidade da interação	- Segurança no uso dos recursos e facilidade nas formas de contato com o responsável pela fonte.
Lopes (2004)	Credibilidade	- Fonte, contexto, atualização, pertinência/utilidade e processo de revisão editorial.
	Conteúdo	- Acurácia, hierarquia de evidência, precisão das fontes, avisos institucionais e completeza.
	Links	- Seleção, arquitetura, conteúdo e links de retorno.
	Design	- Acessibilidade, navegabilidade e mecanismo de busca interno.
	Interatividade	- Mecanismo de retorno da informação, fórum de discussão e explicitação de algoritmos.
	Anúncios	- Alertas.
Simeão (2006)	Interatividade	- Ação que possibilita a interação entre o sistema e o usuário, assim como de grupos de usuários por meio do sistema. A interação é viabilizada por intermédio de ferramentas de tecnologia da informação.
	Hipertextualidade	- Conexão entre dois ou mais recursos textuais (conteúdos), que por meio de tópicos significantes reestrutura conteúdos dispersos na web.
	Hipermídiação	- Interação da Informação e recursos diversos disponibilizados em distintos formatos – texto, áudio, imagem estática e em movimento – que possibilitam a criação do conteúdo.

QUADRO 3: CARACTERÍSTICAS PARA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO. Fonte: Tomaél (2008).

Tais critérios devem considerar o perfil dos usuários da fonte de informação e os objetivos estratégicos desta fonte. Assim, de acordo com o uso pretendido na fonte, deve-se determinar qual a perspectiva de avaliação que melhor se adéqua para verificar a sua qualidade. Outro fator a dar importância é que assim como a Internet se desenvolve rapidamente, os critérios usados para a sua avaliação também devem ser revistos e renovados constantemente.

3.4 REPOSITÓRIOS OFICIAIS DO TJPR

O Tribunal de Justiça do Paraná tem repositórios oficiais para divulgação da doutrina e jurisprudência produzida pelos seus Desembargadores: é a revista “Paraná Judiciário”, e, desde 2008, o Diário da Justiça Eletrônico.

A revista Paraná Judiciário foi fundada em 1925 pelo Desembargador Vieira Cavalcanti, tendo como finalidade a divulgação da Jurisprudência Estadual, e firmou-se como órgão oficial de divulgação da Jurisprudência Paranaense. Abriga julgamentos do extinto Tribunal de Alçada, do Tribunal de Justiça e da Turma Recursal de Juizados Especiais Cível e Criminal, sendo um elo para ligar comarcas de todo o Estado do Paraná com a Capital, oferecendo elementos doutrinários e jurisprudenciais para a orientação em processos. Sofreu algumas interrupções em sua publicação através dos tempos, devido a dificuldades gerais enfrentadas em cada período, e sua última publicação ocorreu em 2006, contendo um duplo volume na mesma edição (56/57), referente aos anos 2005/2006;

O Diário de Justiça Eletrônico foi criado pela Resolução n. 08/2008, no dia 16 de outubro de 2008, com o objetivo de ser um instrumento de comunicação oficial, publicação e divulgação dos atos judiciais e administrativos do Poder Judiciário no Estado do Paraná, na rede mundial de computadores. Com acesso gratuito e sem a dependência de cadastro, o endereço <http://www.tjpr.jus.br>, facilita também o acesso à Justiça pelo jurisdicionado e advogados além de eliminar os elevados custos do Diário de Justiça, quando impresso.

3.5 O LEVANTAMENTO DOS DADOS

Para que uma pesquisa jurídica possa ser realizada com qualidade é necessário tomar alguns cuidados, garantindo o que na área jurídica é identificado como Aprumo Metodológico. Segundo Veiga Junior (2000, p.151) “o instrumento para uma boa Pesquisa Jurídica, para o fortalecimento do seu conteúdo e para relato dos seus resultados, é e sempre será o Aprumo Metodológico.”

Este Aprumo Metodológico nada mais é que o estabelecimento de metodologias para a realização da pesquisa. Parold (1999, p.85 apud VEIGA JUNIOR, 2000, p.148) define metodologia como “duas categorias entre si: método

de investigação e técnica.” O método, segundo Parold (1999, p.101 apud VEIGA JUNIOR, 2000) é “[...] a base lógica da dinâmica da investigação científica, ou seja, é a forma lógico-comportamental investigatória na qual se baseia o pesquisador para buscar os resultados que pretende alcançar.” Já a técnica, segundo o mesmo autor (1999, p.86 apud VEIGA JUNIOR, 2000, p.148) é “um conjunto diferenciado de informações resumidas e adicionadas em forma instrumental para realizar operações intelectuais ou físicas, sob o comando de uma ou mais bases lógicas investigatórias.”

Portanto, evidencia-se a necessidade de uma organização, por parte do pesquisador, das etapas do trabalho, para se chegar ao conhecimento jurídico. Para o levantamento dos dados nesta pesquisa, foram adotados os procedimentos a seguir:

a) Seleção de portais jurídicos, sites da Web e revistas jurídicas impressas:

Foram selecionados dois (2) portais e dois (2) periódicos impressos e, posteriormente, duas (2) editoras com especialidade de publicação na área jurídica e abrangência pelo menos nacional e a Revista Paraná Judiciário como repositório oficial do TJPR.

Inicialmente, foram selecionados quinze (15) portais da internet em que predomina o Direito como área do conhecimento. Esta lista passou por uma avaliação, tendo por base critérios de qualidade das fontes, tais como: acessibilidade, navegabilidade, mecanismos de busca interno, interatividade, usabilidade, atualidade, avaliação pelo QUALIS/CAPES, registro no IBICT, credibilidade na área, interface para pesquisa adequada, atualização, responsabilidade intelectual, entre outros, o que resultou em apenas dois portais considerados de maior qualidade e utilidade para o levantamento da Doutrina e Jurisprudência. Os portais selecionados foram: Jus Navigandi - jus.uol.com.br e DireitoNet - direitonet.com.br.

O portal Jus Navigandi é reconhecido como publicação periódica online no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, sob o código ISSN 1518-4862. Também avaliado pelo sistema Qualis da CAPES, recebendo os seguintes estratos de qualidade por área: B3 em Ciência Política; B4 como fonte Interdisciplinar; C para o Direito; História e Sociologia. O portal DireitoNet não

apresenta avaliação do sistema Qualis, porém é reconhecido como portal jurídico e repositório de artigos e jurisprudência utilizado por profissionais da área. O levantamento dos dados nos portais foi realizado entre os dias 14 a 31 de agosto de 2010.

Também foram selecionados dois periódicos impressos, representativos da área, sendo escolhidas a Revista dos Tribunais e a Revista Forense. A Revista dos Tribunais, com periodicidade mensal, avaliada pela CAPES sistema Qualis recebeu os seguintes estratos de qualidade por área: B3 para Educação, sociologia e como fonte Interdisciplinar; B5 para Direito; Filosofia/Teologia e C para Psicologia. Os Cadernos de Direito Constitucional/Ciência Política e Direito Tributário/Finanças Públicas da Revista dos Tribunais recebem qualificação com o estrato B5 em Direito. A Revista Forense, fonte Impressa, com periodicidade trimestral, aparece no sistema Qualis com os seguintes estratos de qualidade por área: B4 como fonte Interdisciplinar; B5 para as áreas do Direito; Engenharias I; Filosofia/Teologia.

Com o fim da primeira etapa de pesquisas nos portais WEB, observou-se que o resultado de recuperação ficou abaixo da expectativa. Por tal motivo, decidiu-se pela adição de mais duas fontes para ampliar os resultados da pesquisa doutrinária acrescentando duas editoras para rastrear possíveis publicações que tivessem como autores ou colaboradores os desembargadores da lista, no período igual aos últimos 10 anos (2000-2010). As editoras foram escolhidas levando-se em conta a tradição em publicações na área jurídica e abrangência nacional, sendo definidas assim a Editora Revista dos Tribunais e a Editora Forense.

Completando o grupo de fontes de informação, também foi realizada pesquisa na Revista Paraná Judiciário, repositório oficial do TJPR. Da Revista Paraná Judiciário foram selecionadas as publicações referentes ao período estabelecido para a pesquisa (2000-2010), representadas pelos volumes 52, de jan./jun. 2005 e 56/57 de 2005/2006, sendo que esta última foi também a última edição da revista, tendo sido momentaneamente interrompida, pois estuda-se a possibilidade de transformá-la em publicação eletrônica.

b) Instituição de data para escolha da lista dos desembargadores:

O quadro do TJPR é constituído de 120 desembargadores, lotados em câmaras especializadas. Porém, registram-se mudanças constantes de desembargadores na lista das câmaras, por motivo de aposentadoria, morte, e mudanças de câmaras cíveis para criminais e vice versa. Considerando os motivos citados, foi escolhida a data 09 de agosto de 2010, que marcou também o início do semestre letivo e início do levantamento para a pesquisa. Todavia, após o teste com os sites e as fontes de informação impressas selecionadas, verificou-se que o tempo destinado para a pesquisa não seria suficiente, foi então estabelecida uma amostra com 50 desembargadores da lista disponível no Site do TJPR, aplicando o critério antiguidade no cargo.

c) Levantamento dos dados nas fontes de informação:

Após definidas as fontes (sites, periódicos impressos, editoras e repositório oficial impresso) iniciou-se a coleta dos dados, para os quais foi desenvolvido um formulário que os registrou padronizadamente, identificando documentos e sua tipologia, os desembargadores que produziram os documentos e as câmaras de atuação dos mesmos. Para a organização dos dados coletados foi proposto e desenvolvido um formulário em planilha Excel, contendo o nome dos 50 desembargadores mais antigos, e colunas distribuindo o quantitativo de documentos de jurisprudência, o quantitativo da doutrina, assuntos dos documentos e sites em que foram encontrados. Tais formulários foram transformados nos diversos quadros presentes no corpo do trabalho. A pesquisa nos dois portais selecionados foi realizada utilizando as ferramentas de busca presentes em cada um, usando como palavras-chave o nome completo de cada desembargador presente na lista e/ou apenas o sobrenome, sempre entre aspas. Todos os resultados recuperados passaram por análise, de forma a filtrar apenas os resultados de fato referentes aos desembargadores. A pesquisa por livros ou capítulos de livros publicados foi realizada nos sítios WEB das editoras, utilizando os mesmos critérios adotados para as fontes online.

Para atender às funções para as quais foi criado, o documento primário de maior importância, desenvolvido pelos órgãos julgadores do TJPR é o acórdão.

“Recebe a denominação de acórdão o julgamento proferido pelos tribunais” (BRASIL, 2010, p.269). “O conjunto de decisões acerca de um mesmo assunto, prolatadas por todas as jurisdições”, formam a jurisprudência, uma fonte incontestável do direito. (LEITE, 2006, p.150).

A Jurisprudência, como tipologia documental para área jurídica pode ser entendida como aplicação e/ou interpretações de leis ou da doutrina, realizadas por juízes ou desembargadores nos mais diversos tribunais e âmbitos jurídicos para embasar suas decisões, visando uma unificação de jurisprudência, ou seja, um tratamento uniforme para os casos semelhantes. Os documentos considerados jurisprudência são peças resultantes dos mais diversos julgamentos, ou extratos de peças, que tenham sido elaborados pelos desembargadores presentes na lista estipulada e coletados nas fontes de informação estabelecidas para esta pesquisa.

Como toda decisão tem sua fundamentação legal baseada na lei, a legislação com toda a sua tipologia (portarias, resoluções, decretos-leis, etc.) são igualmente importantes para subsidiar a pesquisa na área jurídica. A legislação é destaque na hierarquia das fontes da área, cuja função é sustentar o aspecto legal das decisões.

Doutrina são documentos resultantes do estudo de advogados, juristas, pensadores, filósofos e professores do Direito sobre fenômenos ligados a conduta e relacionamentos humanos e as aplicações resultantes dentro do âmbito jurídico. A importância da doutrina está presente, na elaboração de leis, normas, julgamentos e ações gerais dentro do campo do direito, pois permite que sejam realizadas interpretações diversas, busca por soluções e a evolução de todo o sistema jurídico. Documentos considerados como doutrina são artigos, textos e livros coletados nas fontes de informação estabelecidas para referida investigação.

Para ampliar o conhecimento e demonstrar a importância do pensamento jurídico, a doutrina – “estudos ou obras onde se manifestam as opiniões dos especialistas, autores, professores ou magistrados” fortalece a discussão em torno dos casos levados a essa importante Corte, por meio de seus órgãos de Julgamento (LEITE, 2006, p.149).

d) Análise dos dados e redação final da monografia:

Após o levantamento dos dados, eles foram tabulados para serem apresentados na redação final desta monografia. Foram registrados os dados

relativos à doutrina e jurisprudência autografada e/ou citada sendo possível obter conclusões sobre a produtividade individual dos Desembargadores selecionados, o registro da memória intelectual, institucional, para o período 2000 a 2010, coletada nas fontes consultadas e explicitadas por tipologia. Outro fator importante foi dar visibilidade ao ranking da produtividade intelectual por câmaras especializadas.

Devido à rotatividade dos desembargadores, nas diferentes câmaras de julgamento nos últimos 10 anos, verificou-se ser impraticável o relacionamento dos assuntos dos documentos recuperados com a câmara de julgamento ocupada pelos desembargadores à época em que a lista foi baixada do Site do TJPR e adotada como referência para o grupo de Desembargadores selecionados por antiguidade.

Segue a literatura que subsidiou a discussão temática proposta.

4 LITERATURA PERTINENTE

Esta seção é composta por uma análise do pensamento de teóricos relacionados com o tema em questão. A literatura pertinente tem a função de contextualizar o leitor para a importância da produção intelectual e científica na área jurídica, o seu registro e o processo de comunicação perante a comunidade jurídica como um todo. Este capítulo incluirá tópicos sobre o conhecimento jurídico e a importância da comunicação científica, importância e visibilidade da produção intelectual, importância e preservação da memória científica e a gestão desse conhecimento, entre outros.

4.1 CONHECIMENTO JURIDICO

O processo de conceituar o conhecimento jurídico difere do processo da conceituação de qualquer outro tipo de conhecimento, pelo fato de que não é algo que pode ser passado pura e simplesmente da forma como se encontra em livros, artigos e literatura em geral, como por exemplo, um conhecimento matemático. Os autores Fonseca; Carvalho; Cruz (2008) assim o definem:

[...] o conhecimento jurídico não é pura e simplesmente aquilo que está positivado nas normas jurídicas ou nos manuais dos mais renomados doutrinadores do Direito ou, ainda, nas construções jurisprudenciais daqueles que operam com essa norma. Ele não é um conhecimento meramente normalizado, mas, sim, um conhecimento vivo e dinâmico, que, mesmo positivado, pode acompanhar as evoluções e crises da sociedade que o sustenta. (FONSECA; CARVALHO; CRUZ, 2008, p. 3972)

Assim, os mesmos autores propõem que seja adotada uma nova forma de transmitir o conhecimento jurídico:

Sem uma profunda transformação no atual *habitus* jurídico, de modo a favorecer a construção de um ambiente acadêmico e institucional múltiplo e diverso, receptivo às inovações e experimentações advindas das práticas de pesquisa, a reforma do ensino tende a ser superficial, atribuindo apenas novas cores a uma estrutura acadêmico-pedagógica que continuará sendo, essencialmente, a reprodução de uma visão formalista do Direito. (FONSECA; CARVALHO; CRUZ, 2008, p. 3981).

Como efetivamente teórico, os juristas procuram utilizar o conhecimento jurídico para definir o justo, e vedar todas as brechas que possam existir na lei, como define o autor,

procuram a revelação do justo na letra da lei, e do modo de pensamento lógico, pois pretendem pôr em prática o método dedutivo para produzirem as aplicações da lei ao caso particular - eles desejam criar uma ciência 'normológica' que enuncie o dever – ser da idéia de “lei natural”, eles praticam uma exegese que tem por fim racionalizar o Direito positivo por meio de trabalho de controle lógico necessário para garantir a coerência do corpo jurídico e para deduzir dos textos e das suas combinações, conseqüências não previstas, preenchendo assim as famosas 'lacunas do Direito. Bourdieu (apud FONSECA; CARVALHO; CRUZ, 2008, p. 3976).

Freire (2000, p.1) destaca que “A fundamentação jurídica pressupõe, antecedentemente, a exposição pelo Juiz dos fatos (o conhecimento, a lógica, os elementos valorados) que motivaram a formação do raciocínio jurídico, que o leva a pronunciar as razões de seu conhecimento”. Muitos Juízes no momento de julgar, ao invés de aplicar a lei acabam também criando direito, sem a utilização de fundamentações na lei e no conhecimento jurídico já estabelecido. É então enfatizado que:

O Judiciário, na função jurisdicional, deveria atuar na solução dos litígios, interpretando e aplicando a lei, agindo, pois, secundariamente em relação à criação do direito. Não deveria criar o direito, mas aplicá-lo, ainda que necessário o esforço interpretativo e a utilização de métodos criados e previstos também pelo legislador, como a analogia, os princípios gerais do direito e a equidade. (ALONSO, 2007, p.4).

O autor (2007, p.5) ainda destaca que muitas decisões judiciais vão além dos limites da interpretação do direito, invadindo a área reservada à atuação discricionária das decisões, aproximando-se muito da função originária do direito.

4.2 A CRIAÇÃO DO CONHECIMENTO JURIDICO E A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

O conhecimento jurídico tem importância para a comunidade científica como um todo e sua criação é explicitada por Almeida (2006, p.4) da seguinte forma: “Nas ciências jurídicas é apresentada como forma de análise de fatos de grande importância para complementar à investigação para construção de normas jurídicas, adquirindo, também, relevância na elaboração da jurisprudência.”

A pesquisa na área das ciências humanas no Brasil cresceu no final século XX, porém a pesquisa em direito não conseguiu acompanhar as outras disciplinas,

a pesquisa brasileira em ciências humanas atingiu patamares comparáveis aos internacionais em muitas das suas disciplinas, graças à bem-sucedida implantação de um sistema de pós graduação no país; no geral, a pesquisa em direito não atingiu tais patamares, embora tenha, em boa medida, acompanhado o crescimento quantitativo das demais disciplinas de ciências humanas. (NOBRE, 2004, p.4)

O mesmo autor (2004, p.7) justifica que esse descompasso entre a pesquisa jurídica e as outras disciplinas das ciências humanas é devido “o fato de o ensino jurídico estar fundamentalmente baseado na transmissão dos resultados da prática [...] e não em uma produção acadêmica desenvolvida segundo critérios de pesquisa científica”.

A comunicação científica é um processo de extrema importância para os pesquisadores, cientistas e a sociedade. Com ela ficam explicitados os novos avanços conquistados e novas questões a serem respondidas. Assim é explicitado que:

[...] a relação da ciência com a sociedade é fundamentalmente dinâmica e interativa. A ciência determina mudanças sociais e, ao mesmo tempo, recebe da sociedade impactos que a (re)orientam em busca de novos caminhos que lhe possibilitam responder novas demandas e assumir novas prioridades. (TARGINO, 2000, p.2).

A mesma autora (2000, p.10) afirma que a comunicação científica é indispensável à atividade científica, pois permite somar os esforços individuais dos diferentes membros de uma comunidade científica. Esses membros trocam

informações de forma contínua com seus pares, transmitindo-as para seus sucessores e/ou adquirindo-as de seus predecessores. “É a comunicação científica que favorece ao produto (produção científica) e aos produtores (pesquisadores) a necessária visibilidade e possível credibilidade no meio social em que produto e produtores se inserem.”

Ainda sobre o tema, Rodrigues (2006, p.20) articula que “[...] quanto mais difundido o conhecimento, mais se adquire conhecimento, pois é na troca de idéias e discussões que surgem as redes ou fluxos de informação e conseqüentemente este processo gera conhecimento.”, transparecendo que a difusão do conhecimento adquirido auxilia na criação de novos conhecimentos.

Ao se referir ao conhecimento desenvolvido dentro das diferentes organizações, Leite e Costa (2006) citam Murray afirmando ser este conhecimento uma estratégia que transforma bens intelectuais da organização, informações registradas e o talento dos seus membros - em maior produtividade, novos valores e aumento de competitividade. A produção de conhecimento em grande escala nos diferentes contextos aponta para a necessidade da disseminação e uso do conhecimento gerado, como constatado na definição de comunicação científica.

Ao mesmo tempo em que os repositórios institucionais permitem reunir, preservar, dar acesso e disseminar boa parte do conhecimento da instituição, eles aumentam a visibilidade da sua produção intelectual e/ou científica. Além de expandir o acesso à pesquisa, reafirmar o controle sobre o saber, reduzir o monopólio dos periódicos científicos, entre outras mudanças significativas no sistema de comunicação científica, têm ainda o potencial de servir como indicadores tangíveis da qualidade de uma instituição e de demonstrar a relevância social e econômica de suas atividades, aumentando a visibilidade, o status e o valor público da instituição.

É importante lembrar as maneiras consideradas formais de compartilhamento do conhecimento, quando Rodrigues (2006, p.22) afirma que essas práticas são aquelas apresentadas em forma de palestras, apresentações audiovisuais, manuais e livros, que segundo a autora são “propícias ao compartilhamento explícito onde o conhecimento pode ser facilmente comunicado e partilhado em função de sua disposição, uma vez que as informações estão tão evidentes nos seus vários formatos”.

Menciona-se também o uso da internet no processo de comunicação e compartilhamento da produção científica, que passou a ser intenso a partir dos anos 1990. Quanto a isso, destaca-se que:

a necessidade da comunicação e compartilhamento da produção científica, tradicionalmente feita através de periódicos impressos, encontrou na internet um processo de comunicação mais dinâmico, rápido e abrangente, multiplicando assim os periódicos eletrônicos científicos, inclusive os da área Jurídica. (FERREIRA et al., 2009, p.13).

No Brasil, o uso da internet nos processos jurídicos se acentuou, conforme apresentam os autores, a partir da sanção da Lei nº 9.800/1999 que estabeleceu o marco inicial para a informatização processual no Brasil.

Foi este ato que permitiu, pela primeira vez, a utilização de sistema de transmissão de dados e imagens tipo fac-símile para a prática de atos processuais, bem como a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2002, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil, que proporciona amparo legal para a utilização de recursos tecnológicos capazes de assegurar pleno valor probatório ao documento eletrônico. (FERREIRA et al. 2009, p.13).

Porém é necessário atentar para a qualidade das fontes utilizadas, e os mesmos autores (p.13) falam que “[...] os acórdãos extraídos da internet são aceitos e largamente utilizados, desde que haja declaração do advogado responsabilizando-se pela autenticidade do documento”.

Para concluir os apontamentos relativos à importância da comunicação científica, outro extrato de Rodrigues (2006, p.24) merece destaque, quando afirma que “em qualquer tipo de organização, é importante que o aprendizado individual, como também o conhecimento gerado a partir dele, possam ser incorporados à memória da empresa”, evidenciando assim a importância dada na comunicação dos conhecimentos gerados e adquiridos e sua posterior guarda e incorporação à memória institucional.

4.3 A PRODUÇÃO INTELECTUAL E SUA IMPORTÂNCIA

A produção intelectual jurídica, para que assuma seu papel científico e social, necessita ser conhecida, comunicada, utilizada, permitindo aos clientes usuários não só visibilidade, mas a garantia de acesso ao maior número de pessoas possível, de forma livre e direta. Para Leite (2009, p.16), um dos meios mais eficazes de facilitar o acesso às pesquisas é torná-la disponível livremente. O mesmo autor afirma que:

O acesso irrestrito aos resultados de pesquisas tem sido visto como fator que maximiza o acesso à pesquisa propriamente dita. Dessa maneira, aumenta e acelera o impacto das pesquisas e, conseqüentemente, sua produtividade, progresso e recompensas [...] (LEITE, 2009, p.16).

Leite (2009, p.22) explica que a contribuição maior dos repositórios institucionais está relacionada à reformulação e melhoria do sistema de comunicação científica de uma área do conhecimento “por meio de processos de gestão da informação científica, promovendo, em última análise, o aumento da visibilidade dos resultados de pesquisa, do pesquisador e da instituição.” Uma forma utilizada para permitir o acesso às pesquisas de forma em geral é a criação e utilização de repositórios institucionais.

4.4 PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA CIENTÍFICA: IMPORTÂNCIA

Preservar o conhecimento científico e os produtos decorrentes deste conhecimento mostra-se importante para que se possa ter embasamento em estudos futuros, tomada de decisão, e compreender processos atuais tendo em vista seu contexto histórico. Sobre isso é importante destacar a afirmação de que:

A máquina ou instrumento hoje utilizado será a peça de museu amanhã; o papel, o documento hoje produzido, constituirá o arquivo ou a biblioteca de amanhã, portando, deve-se garantir a organicidade dos acervos documentais, tendo assim, no acervo, um reflexo das atividades e da própria memória do órgão (MARQUES, 2007, p.2).

Dentro desta mesma lógica, observa-se a importância de preservar o conhecimento jurídico. Segundo o mesmo autor (2007, p.3) o interesse e o cuidado para com a memória institucional estão diretamente relacionados com a preocupação de se ter disponível e de forma organizada, toda a informação produzida, independente do suporte em que ela se encontrar. A disponibilização dessa memória é imperiosa para o andamento das pesquisas acadêmico-científicas, não só para o Poder Judiciário, mas também para as diversas áreas do conhecimento, bem como para o acesso aos demais interessados.

A memória pode ser considerada como um produto de informação que garante a perpetuidade dos conhecimentos das instituições ao passar do tempo, sendo entendida por Rufino et al. (2010, p.4) como [...] elemento essencial da construção da identidade e cuja busca e construção é uma das atividades fundamentais de qualquer nação, tendo em vista que a preservação tem grande importância no cenário da construção da memória [...], evidenciando também desta forma o motivo da importância da sua preservação.

Sobre a importância dos documentos depositados em arquivos e suas respectivas informações, os mesmos autores afirmam ainda que (2010, p.2) são importantes não só para a sociedade, mais também para todas as organizações que possuem esses repertórios, pois o conteúdo documental torna-se patrimônio determinante para a história de qualquer instituição, o que leva à conclusão que os documentos científicos produzidos por qualquer pessoa ou instituição são patrimônio valioso para elas e para toda a sociedade.

Também se pode dar outro enfoque para a importância da preservação da memória científica, do ponto de vista da manutenção da história, perfil e do orgulho da instituição ou pessoas que dela deram origem.

Vale ressaltar que, como instrumento, os repositórios de memória institucional têm sido intensamente utilizados para:

- melhorar a comunicação científica interna e externa à instituição;
- maximizar a acessibilidade, o uso, a visibilidade e o impacto da produção científica da instituição;
- retroalimentar a atividade de pesquisa científica e apoiar os processos de ensino, aprendizagem e de decisão; apoiar as publicações científicas eletrônicas da instituição;

- contribuir para a preservação dos conteúdos digitais científicos ou acadêmicos produzidos pela instituição ou seus membros;
- contribuir para o aumento do prestígio da instituição, do pesquisador e colaboradores; oferecer insumo para a avaliação e monitoramento da produção científica; reunir, armazenar, organizar, recuperar e disseminar a produção científica da instituição.

4.5 A CONTRIBUIÇÃO DE GRUPOS DE ESTUDOS PARA A PESQUISA JURÍDICA

A formação de grupos de estudos na área jurídica tem importância e relevância no desenvolvimento de pesquisas, geração de conhecimento e agilidade nos processos jurídicos e atividades exercidas pelo poder judiciário. Sobre estes fatos é notório que:

A recente reforma do Poder Judiciário, por meio da Emenda Constitucional n. 45, de 8 de dezembro de 2004, elevou à disposição constitucional a necessidade do Poder Judiciário dar uma resposta rápida e efetiva aos cidadãos que o procurem em um razoável período de tempo. A nova realidade que o Poder Judiciário enfrenta, exige de seus integrantes presteza, celeridade, efetividade, tudo sem perder de vista a segurança e a previsibilidade de suas decisões. Para isso e para alcançar tal objetivo, é que os grupos de estudos podem constituir-se em efetivo instrumento e em preciosa ferramenta, a fim de buscar e alcançar da forma mais plena possível o comando constitucional (NAUJORKS NETO, 2009, p.214).

Fica exposta pelo autor a importância da criação de grupos de estudos para o auxílio na busca por agilidade exigida na constituição, para que o judiciário dê respostas rápidas a quem o procura. Naujorks Neto (2009, p.218) diz que com os grupos de estudos espera-se a busca de “eficiência na administração da justiça e da entrega da prestação jurisdicional, eficiência que é regra constitucional aplicável à administração pública e aos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios”.

O mesmo autor (2009, p.223) também ressalta que os grupos de estudo “[...] podem ser ferramenta eficaz na busca da presteza e da eficiência, mediante a superação da lentidão da perda de tempo e da falta de racionalidade na obtenção do resultado final da atividade, tanto jurídica como administrativa [...]”, reforçando mais

uma vez a relevância dos grupos de estudos no sentido de gerar agilidade aos processos e desenvolver o pensar metodológico na área.

A reforma citada anteriormente apresentou novos conceitos ou elementos, e, exigiu do Poder Judiciário á nível nacional, nova postura e forma de trabalhar. Jargões como metas, objetivos, planejamento estratégico, gestão estratégica, entre outros, estão presentes no cotidiano judiciário, bem como, gestão do conhecimento, gerenciamento da informação, memória intelectual, pesquisa e conhecimento científico como visto ao longo desse capítulo.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico são discutidos e analisados os resultados da pesquisa realizada com cinquenta (50) Desembargadores selecionados do Tribunal de Justiça do Paraná. O foco da análise está direcionado para a identificação e registro da memória intelectual.

O levantamento dos dados quanto ao objetivo geral de identificar a produção intelectual dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná intentando dar visibilidade à produção e registrar a memória intelectual, quando da busca no portal Jus Navigandi registrou 66 documentos, sendo 56 representativos da doutrina e 10 da jurisprudência. Esse total refere-se à citação da produção intelectual registrada de 25 desembargadores, ou seja, 50% da amostra selecionada para a pesquisa. Os demais 25 nomes da lista não pontuaram.

PORTAL JUS NAVIGANDI			
DESEMBARGADOR	CAMARA ESPECIALIZADA	DOCTRINA IDENTIFICADA	JURISPRUDÊNCIA IDENTIFICADA
Oto Luiz Sponholz	1ª Câmara Criminal	2	1
Telmo Cherem	1ª Câmara Criminal	3	0
Jesus Sarrão	1ª Câmara Criminal	1	0
Ruy Fernando de Oliveira	6ª Câmara Cível	1	1
Celso Rotoli de Macedo	Órgão especial - presidente	3	0
Onésimo Mendonça de Anunciação	11ª Câmara Cível	0	1
Sérgio Arenhart	Órgão Especial - 1º Vice-Presidente	8	1
Rafael Augusto Cassetari	12ª Câmara Cível	1	0
Ruy Cunha Sobrinho	1ª Câmara Cível	3	1
Rosene Arão de Cristo Pereira	5ª Câmara Cível	1	0
Lauro Augusto Fabricio de Melo	5ª Câmara Criminal	4	0
Lídio José Rotoli de Macedo	2ª Câmara Criminal	1	0
Rogério Coelho	Órgão Especial - Corregedor-Geral	3	1
Rosana Amara Girardi Fachin	9ª Câmara Cível	1	0
Robson Marques Cury	3ª Câmara Criminal	1	0
Jorge Wagih Massad	5ª Câmara Criminal	1	0
Ronald Juarez Moro	4ª Câmara Criminal	1	0
Antonio Martellozzo	4ª Câmara Criminal	1	1
Paulo Roberto Hapner	17ª Câmara Cível	2	0
Rogério Luis Nielsen Kanayama	3ª Câmara Criminal	1	0

Continua

Conclusão

Noeval de Quadros	Órgão Especial - corregedor	4	2
Lauro Laertes de Oliveira	2ª Câmara Cível	9	0
Paulo Roberto Vasconcelos	3ª Câmara Cível	1	0
Edvino Bochnia	3ª Câmara Criminal	0	1
Antonio Renato Strapasson	2ª Câmara Cível	3	0
TOTAL	-	56	10

QUADRO 4: PRODUÇÃO INTELECTUAL RECUPERADA NO JUS NAVIGANDI (2000-2010).

Fonte: O autor, 2010

Analizando os documentos recuperados no portal Jus Navigandi do ponto de vista de identificação de sua temática entre cível ou crime, tem-se o seguinte resultado:

DOCTRINA		JURISPRUDENCIA	
CÍVEL	CRIME	CÍVEL	CRIME
44	12	7	3
TOTAL 56		TOTAL 10	

QUADRO 5: TEMÁTICA DOS DOCUMENTOS RECUPERADOS NO JUS NAVIGANDI (2000-2010).

Fonte: O autor, 2010.

Verifica-se que do total de documentos doutrinários recuperados no Jus Navigandi, aproximadamente 79% é de temática cível, sendo o restante de temática criminal. Quanto aos documentos jurisprudenciais recuperados, 70% são de temática cível, e 30% criminal. Na soma total de documentos doutrinários e jurisprudenciais, aproximadamente 78% é de temática cível, sendo o restante criminal. Essa maioria, verificada no cível pode estar relacionada ao quantitativo de processos cíveis protocolados anualmente no TJPR, quase sempre na proporção de 4 por 1 em relação ao crime. Situação verificada também do processômetro do CNJ.

Já no Portal DireitoNet foram recuperados 17 itens pertinentes, todos na categoria doutrina, referentes à apenas 8 desembargadores, ou seja, 16% do total da amostra, e 42 desembargadores não apresentaram nenhum resultado, conforme Quadro 6, a seguir:

PORTAL DIREITONET			
DESEMBARGADOR	CAMARA ESPECIALIZADA	DOCTRINA IDENTIFICADA	JURISPRUDENCIA IDENTIFICADA
Oto Luiz Sponholz	1ª Câmara Criminal	1	0
Regina Helena Afonso de Oliveira Portes	4ª Câmara Cível	2	0
Sérgio Arenhart	Órgão Especial - 1º Vice-Presidente	7	0
Rosene Arão de Cristo Pereira	5ª Câmara Cível	1	0
Lauro Augusto Fabrício de Melo	5ª Câmara Criminal	3	0
Eduardo Lino Bueno Fagundes	5ª Câmara Criminal	1	0
Antonio Martellozzo	4ª Câmara Criminal	1	0
Lauro Laertes de Oliveira	2ª Câmara Cível	1	0
TOTAL	-	17	0

QUADRO 6: PRODUÇÃO INTELECTUAL RECUPERADA NO DIREITONET (2000-2010).

Fonte: O autor, 2010.

O fato de todos os resultados obtidos no Portal DireitoNet serem representativos de doutrina e nenhum jurisprudencial se deve ao fato do portal exigir cadastro e pagamento de anuidade para a liberação do conteúdo jurisprudencial aos usuários, gasto não previsto para a realização dessa pesquisa acadêmica. Outro fato a considerar é o volume expressivo de itens jurisprudenciais quando da indicação dos parâmetros de pesquisa, ou seja, os nomes de cada desembargador aliado ao fato que esse portal não apresenta possibilidade de refinamento na pesquisa. No referido portal, considerando a tipologia documental da área, encontra-se disponível e na íntegra somente a doutrina.

Analisando os documentos recuperados no portal DireitoNet, do ponto de vista de identificação de sua temática entre cível ou crime, tem-se como resultado 76,5%, ou seja, treze (13) itens da temática cível, enquanto o restante, 23,5% (4) são de temática criminal. É possível assim afirmar que a maioria absoluta dos documentos recuperados, somando os dois portais, é essencialmente cível.

Todavia, o resultado obtido nos dois portais de Internet selecionados, na grande maioria dos itens recuperados, não se tratava de documentos autografados e sim citação da jurisprudência em documentos doutrinários. Também é visto que muitas destas citações são de doutrinas e jurisprudências produzidas pelos desembargadores anteriormente ao ano 2000, marca inicial para o levantamento dos dados, porém os documentos citantes foram escritos no período selecionado para a pesquisa.

Como já citado no capítulo referente à metodologia, as pesquisas foram realizadas na interface de busca dos respectivos portais sempre utilizando aspas nos termos de pesquisa (nomes completos e/ou apenas sobrenome dos desembargadores). Sem o uso de aspas, o resultado obtido era significativamente maior, porém também o era, o índice de documentos não pertinentes. Para conhecimento, utilizando-se o exemplo de pesquisa com o parâmetro Desembargador Sérgio Arenhart, no Portal Jus Navigandi, o resultado com aspas recuperou, na data, nove (9) documentos pertinentes, já sem aspas o resultado apresentou 216 itens, em que a maior parte do conteúdo ou tipo de documento apresentava-se repetida ou impertinente. É necessário criticar o sistema de refinamento de resultados do Portal Jus Navigandi, que oferece como opções “doutrina” e “peças (documentos jurisprudenciais)”, porém o refinamento não filtra apenas o resultado da categoria escolhida, sendo necessário realizar este processo de forma mecânica.

Outra avaliação, resultante desse processo, foi a constatação em relação à facilidade de colocar e retirar documentos da Internet. A todo o momento é possível incluir novos documentos referentes a determinado desembargador, e também excluir documentos anteriormente existentes. Por conta desse fato, os resultados de uma pesquisa realizada com o mesmo termo, usando os mesmos critérios, podem variar a quantidade de documentos recuperados se for executada em datas diferentes.

Devido ao fato dos resultados obtidos nos Portais da Internet ficar abaixo da expectativa, decidiu-se adicionar mais duas fontes para pesquisa, sendo escolhidas duas editoras de renome na área jurídica. As editoras escolhidas foram a Editora Forense e a Editora Revista dos Tribunais.

A Revista Forense foi fundada em 1904, por Mendes Pimentel, Estevão L. de Magalhães Pinto e Edmundo Lins. Em 1935 passou a ser dirigida por Pedro Aleixo e pelo professor de direito da Universidade de Minas Gerais – atual UFMG, Bilac Pinto, ganhando espaço e reconhecimento nacional, tornando-se um importante repositório de publicações independentes dos melhores juristas do Brasil. Nos anos 40 mudou-se para o Rio de Janeiro, sendo batizada como Editora Forense, direcionando suas publicações para livros jurídicos. Em 2007 passou a integrar o GEN – Grupo Editorial Nacional, mantendo sua linha editorial.

A Editora Revista dos Tribunais (RT) está em atividade desde 1912, foi lançada pelo advogado e jornalista Plínio Barreto, como extensão do antigo informe jurídico Crônicas Forenses. A RT foi a primeira editora a publicar jurisprudência, conseguindo assim uma rápida consolidação, pois antes disso tal conhecimento jurídico ficava restrito apenas aos tribunais. Foi, por muitos anos, considerada a maior gráfica brasileira, chegando a ser responsável por 60% das produções bibliográficas no Brasil. Em 2010, foi incorporada a Thomson Reuters, companhia dos Estados Unidos situada em Nova Iorque, com sedes e operações em diversas cidades do mundo e líder no fornecimento de informação inteligente para negócios e profissionais. As áreas do Direito que contam com publicações da RT são: Direito Administrativo, Civil, Comercial e Empresarial, Constitucional, Difusos e Coletivos, História/Introdução ao Estudo do Direito/Ética, Internacional, Penal, Processo Civil, Processo Penal, Trabalho e Previdência, Tributário, Bio Direito, Direito Comparado, Direito Comunicação, Eleitoral, Financeiro e Econômico, Geral, Metodologia Jurídica e Penal Geral.

A pesquisa realizada no site da Editora Forense, não registrou publicações para nenhum dos 50 desembargadores presentes na lista, nos últimos 10 anos.

Já no catálogo da Editora Revista dos Tribunais, foram encontradas 13 publicações com autoria ou colaboração de desembargadores presentes na lista. As 13 publicações referem-se à produção doutrinária de apenas dois desembargadores da lista, o que representa 4% dos cinquenta selecionados, como identificado no Quadro 7.

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS	
DESEMBARGADOR SÉRGIO ARENHART	1 – Curso de Processo Civil – Processo Cautelar – v. 4, 2. ed. 2 – Prova. 3 – Aspectos Polêmicos e Atuais dos Recursos Cíveis – v.11. 4 – Estudos de Direito Processual Civil. 5 – Curso de Processo Civil – Procedimentos Especiais. 6 – Temas Atuais de Direito Processual Civil – Perfis da Tutela Inibitória Coletiva. 7 – Temas Atuais de Direito Processual Civil – A Tutela Inibitória da Vida Privada 8 – Os Poderes do Juiz e o Controle das Decisões Judiciais 9 – Direito Processual Coletivo. 10 – Curso de Processo Civil – Processo de Conhecimento. v.2, 8.ed. 11 – Aspectos Polêmicos e Atuais dos Recursos Cíveis, v. 4. 12 – Curso de Processo Civil – Execução – v.3, 2.ed.
DESEMBARGADOR ROGÉRIO COELHO	1 – Aspectos Polêmicos e Atuais dos Recursos Cíveis. v. 9.
TOTAL	13 LIVROS

QUADRO 7: DOCTRINA PUBLICADA, EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS (2000-2010).
Fonte: O autor, 2010

Uma parte significativa dos documentos recuperados nos portais e editoras refere-se a períodos em que os desembargadores estavam julgando em câmaras e especialidades diferentes da atual.

Na Revista Forense, periódico impresso, com 106 anos publicando na área do direito, publicação de alcance nacional, com tiragem mensal de cinco mil (5000) exemplares, ao término do levantamento nos 61 números da revista que contemplam o período estipulado, foram encontradas treze (13) ocorrências, todas de citação Jurisprudencial. Estas ocorrências são relacionadas a apenas 10 desembargadores selecionados (20% do total da amostra), resultando assim em 40 outros desembargadores sem nenhum registro. A disseminação dos acórdãos cíveis neste periódico é predominante, com 69,23% contra 30,77% de criminais. A única câmara a apresentar mais de uma ocorrência foi a 9ª câmara Cível, com três ocorrências. Resultado apresentado no Quadro 8, a seguir:

Desembargador	Rev. Forense	Jurisprudência	TOTAL
Rosene Arão de Cristo Pereira	n.359, p.306.	2ª Cível	1
			1
Rogério Coelho	n.359, p.308.	3ª Cível	1
			1
Ruy Cunha Sobrinho	n.353, p.336.	4ª Cível	1
			1
Rosene Arão de Cristo Pereira	n.380, p.361.	9ª Cível	1
Rosana Amara Girardi Fachin	n.389, p.358. n.389, p.362.	9ª Cível	2
			3
Antonio da Cunha Ribas	n.391, p.498.	11ª Cível	1
			1
Rogério Coelho	n.353, p.332.	1º Grupo cível	1
			1
Clayton Coutinho de Camargo	n.380, p.354.	3º Grupo Cível	1
			1
Total Geral Cível			9 (69,23%)
Jonny de Jesus Campos Marques	n.401, p.643.	1ª criminal	1
			1
Lídio Rotoli de Macedo	n.400, p.565.	2ª Criminal	1
			1
Eduardo Lino Bueno Fagundes	n.395, p.605.	5ª Criminal	1
			1
Oto Luiz Sponholz	n.357p.293	Órgão especial	1
			1
Total Geral Criminal			4 (30,77%)
TOTAL GERAL			13

QUADRO 8: JURISPRUDÊNCIA REGISTRADA, REVISTA FORENSE, IMPRESSA (2000-2010).

Fonte: O autor, 2010.

Na Revista dos Tribunais, outro periódico impresso selecionado, também de alcance nacional, foram analisados 126 números representativos do período estipulado para a busca e foram encontradas ocorrências jurisprudenciais referentes a 37 desembargadores, ou seja, 74% da amostra selecionada. Ao todo foram recuperadas 185 ocorrências, sendo 103 criminais e 82 cíveis, como se observa no quadro apresentado a seguir:

Desembargador	Rev. Dos Tribunais	Jurisprudência	TOTAL
Lauro Augusto Fabrício de Melo	n. 775, p.390. n. 779, p.376. n. 804, p.395. n. 802, p.383. n. 806, p.348. n. 808, p.424. n. 809, p.357.	1ª Câm. Cível	7
Marcus Vinicius de Lacerda Costa	n. 774, p. 404	1ª Câm. Cível	1
Paulo R. Vasconcelos	n. 804, p. 398.	1ª Câm. Cível	1
Rosana Fachin	n. 803, p. 401.	1ª Câm. Cível	1
Ruy Cunha Sobrinho	n. 876, p. 333	1ª Câm. Cível	1
			11
Rosana Fachin	n. 792, p.403. n. 792, p.407. n. 805, p.406.	2ª Câm. Cível	3
Marco A. Moraes Leite	n. 701, p.399.	2ª Cam. Cível	1
Cristo Pereira	n. 779, p.382. n.781, p.400. n. 359, p.306.	2ª Cam. Cível	3
			7
Jesus Sarrão	n. 794, p.378.	3ª Câm. Cível	1
Hamilton Mussi	n. 828, p.416.	3ª Câm. Cível	1
Cristo Pereira	n. 774, p.360.	3ª Câm. Cível	1
Regina Afonso Portes	n.787, p.359.	3ª Câm. Cível	1
Rogério Coelho	n.359, p.308.	3ª Câm. Cível	1
Clayton Camargo	n.827, p.388.	3ª Câm. Cível	1
			6
Clayton Camargo	n.793, p.413.	4ª Câm. Cível	1
Costa Barros	n.774, p.402. n.828, p.414.	4ª Câm. Cível	2
Idevan Lopes	n. 828, p.370. n. 828, p.374.	4ª Câm. Cível	2
Ruy Cunha Sobrinho	n.780, p.393. n.353, p.336. n. 772, p.404. n. 786, p.440. n.829, p.384. n.831, p.420.	4ª Câm. Cível	6
			11

Continua

Conclusão

Lauro Augusto Fabrício de Melo	n. 843, p.338.	5ª Câmara Cível	1
Cunha Ribas	n.771, p.345.	5ª Câmara Cível	1
Ronald Juarez Moro	n.795, p.373.	5ª Câmara Cível	1
			3
Antonio Martellozzo	n.790, p.714.	6ª Câmara Cível	1
Carvilio da S. Filho	n.789, p.402. n.799, p.387. n.823, p.316.	6ª Câmara Cível	3
Idevan Lopes	n.851, p.320. n.851, p.322.	6ª Câmara Cível	2
Leonardo Lustosa	n.783, p.397. n.784, p.366. n.785, p.351. n.805, p.364.	6ª Câmara Cível	4
Maria José Teixeira	n.889, p.663.	6ª Câmara Cível	1
			11
Noeval de Quadros	n.780, p.391. n.771, p.387.	7ª Câmara Cível	2
Miguel Pessoa	n.785, p.400.	7ª Câmara Cível	1
Mendonça de Anunciação	n.806, p.311. n.807, p.382. n.814, p.315. n.811, p.350. n.812, p.317.	7ª Câmara Cível	5
Prestes Mattar	n.814, p.351.	7ª Câmara Cível	1
			9
Paulo Roberto Vasconcelos	n.832, p.365.	8ª Câmara Cível	1
Rafael Augusto Cassetari	n.836, p.292.	8ª Câmara Cível	1
Rosana Fachin	n.829, p.380.	8ª Câmara Cível	1
			3
Miguel Pessoa	n.839, p.347	9ª Câmara Cível	1
Rosana Fachin	n.389, p.358. n.389, p.362. n. 863, p.339. n.873, p.290	9ª Câmara Cível	4
Cristo Pereira	n.380, p.361.	9ª Câmara Cível	1
			6
Antônio da Cunha Ribas	n.391, p.498.	11ª Câmara Cível	1
			1
Celso Rotoli de Macedo	n.860, p.349.	12ª Câmara Cível	1
Clayton Camargo	n.853, p.326. n.874, p.322.	12ª Câmara Cível	2
Costa Barros	n.894, p.269.	12ª Câmara Cível	1
Ivan Bortoleto	n.868, p.333. n.875, p.274.	12ª Câmara Cível	2
Rafael Augusto Cassetari	n.869, p.355.	12ª Câmara Cível	1
			7

Continua

Conclusão

Carvílio da S. Filho	n.863, p.337.	15ª Câm. Cível	1
Hamilton Mussi Corrêa	n.867, p.313.	15ª Câm. Cível	1
			2
Paulo Hapner	n.869, p.353. n. 880, p.261.	17ª Câm. Cível	2
Paulo Roberto Vasconcelos	n.845, p.351.	17ª Câm. Cível	1
			3
Rogério Coelho	n.353, p.332.	1º Grupo cível	1
			1
Clayton Camargo	n.380, p.354.	3º Grupo cível	1
			1
Total geral Cível			82 (44,32%)
Campos Marques	n.401, p.643. n.882, p.662.	1ª Câm. Criminal	2
Jesus Sarrão	n.853, p.637.	1ª Câm. Criminal	1
Marques Cury	n.809, p.672. n.832, p.628.	1ª Câm. Criminal	2
Oto Luiz Sponholz	n.771, p.671. n.774, p.653. n.776, p.651. n.777, p.672. n.778, p.656. n.779, p.636. n.780, p.668. n.781, p.643. n.782, p.652. n.781, p.648. n.783, p.708. n.784, p.681. n.785, p.663. n.786, p.712. n.789, p.679. n.799, p.659. n.800, p.669. n.801, p.615. n.802, p.669. n.843, p.645. n.845, p.642. n.840, p.641.	1ª Câm. Criminal	22
Cunha Ribas	n.809, p.674. n.824, p.686.	1ª Câm. Criminal	2
Sergio Arenhart	n.792, p.715.	1ª Câm. Criminal	1
			30

Continua

Conclusão

Idevan Lopes	n.798, p.709.	2ª Câ. Criminal	1
Jesus Sarão	n.842, p.611. n.846, p.643. n.848, p.625. n.824, p.654.	2 Câ. Criminal	4
Leonardo Lustosa	n.832, p.595.	2ª Câ. Criminal	1
Lídio José Rotoli de Macedo	n.400, p.565. n.868, p.672. n.871, p.667. n.887, p.668. n.888, p.664. n.892, p.674. n.892, p.682.	2ª Câ. Criminal	7
Rafael Augusto Cassetari	n.811, p.709. n.822, p.695.	2ª Câ. Criminal	2
Ronald Juarez Moro	n.816, p.683. n.833, p.666. n.834, p.673. n.831, p.680.	2ª Câ. Criminal	4
Sônia Regina de Castro Rocha	n.781, p.689.	2ª Câ. Criminal	1
Telmo Cherem	n.805, p.658. n.789, p.677. n.817, p.643. n.838, p.634. n.810, p.354. n.811, p.675. n.812, p.641.	2ª Câ. Criminal	7
Noeval de Quadros	n.866, p.707. n.874, p.648.	2ª Câ. Criminal	2
			29
Leonardo Lustosa	n.774, p.687. n.773, p.695.	3ª Câ. Criminal	2
Ronald Juarez Moro	n.776, p.689.	3ª Câ. Criminal	1
Sônia Regina de Castro Rocha	n.834, p.675. n.820, p.680. n.825, p.685. n.826, p.691. n.828, p.680.	3ª Câ. Criminal	5
			8

Continua

Conclusão

Antonio Martellozzo	n.847, p.651. n.854, p.665. n.864, p.659. n.875, p.606.	4ª Câm. Criminal	4
Lauro Augusto Fabrício de Melo	n.816, p.686. n.819, p.685. n.829, p.660. n.823, p.693. n.827, p.698.	4ª Câm. Criminal	5
Miguel Pessoa	n.858, p.645. n.867, p.672. n.875, p.610. n.891, p.692.	4ª Câm. Criminal	4
Paulo Roberto Vasconcelos	n.797, p.687. n.807, p.704.	4ª Câm. Criminal	2
			15
Maria José Teixeira	n.852, p.643. n.877, p.644. n.894, p.677.	5ª Câm. Criminal	3
Rosana Fachin	n.863, p.675.	5ª Câm. Criminal	1
Lauro A. F. de Melo	n.856, p.649. n.852, p.649. n.850, p.645. n.862, p.650. n.876, p.671. n.884, p.624.	5ª Câm. Criminal	6
Marcus V. Lacerda Costa	n.868, p.674.	5ª Câm. Criminal	1
Eduardo Fagundes	n.395, p.605. n.861, p.662. n.886, p.670. n.893, p.656.	5ª Câm. Criminal	4
Jorge W. Massad	n.870, p.667. n.889, p.668.	5ª Câm. Criminal	2
			17
Oto Luiz Sponholz	n.809, p.633. n.811, p.672.	Grupo de Câmaras Criminais	2
			2
Lauro Augusto Fabrício de Melo	n.859, p.659.	Órgão Especial	1
Oto Luiz Sponholz	n.357, p.293	Órgão Especial	1
			2
Total geral criminal			103 (55,68%)
TOTAL GERAL			185

QUADRO 9: JURISPRUDENCIA REGISTRADA, REVISTA DOS TRIBUNAIS, IMPRESSA, POR CÂMARA (2000-2010).

Fonte: O autor, 2010.

Foi possível também identificar a produtividade das câmaras de julgamento. Observa-se que a 1ª câmara criminal lidera o ranking de produtividade registrada em fontes de informação externas, registrando 30 ocorrências na categoria jurisprudência, no período instituído para pesquisa. A 2ª câmara criminal é a segunda mais produtiva, com 29 itens recuperados. Dentre as câmaras cíveis, as que mais apresentaram registros foram a 1ª, 4ª e 6ª câmaras cíveis, com 11 ocorrências cada, sendo apenas a 5ª posição entre as câmaras mais produtivas no ranking geral, considerando a temática cível e criminal. Curiosamente é possível verificar que a tipologia predominante dos documentos recuperados na Revista dos Tribunais difere das fontes de pesquisa online, em que predominam documentos da área cível. No referido periódico, a disseminação dos acórdãos criminais alcançou o índice de 55,68% contra 44,32% do cível.

Percebeu-se também que o Desembargador melhor classificado no Ranking de produtividade individual, integra a câmara que registra melhor produtividade, e impulsiona esse resultado coletivo.

Para o levantamento de dados na Revista Paraná Judiciário, repositório oficial do TJPR, foi utilizado o mesmo grupo de critérios já definidos para a realização da pesquisa. Os volumes referentes ao período 2000-2010 são os números 52 a 56/57. Foram encontradas apenas duas (2) doutrinas, referentes a um mesmo Desembargador, presente na amostra estabelecida. As doutrinas foram encontradas nos volumes 55 e 56/57, referentes aos anos 2005 e 2005/2006, tendo sido elaboradas pelo Desembargador Lauro Laertes de Oliveira. Os outros volumes selecionados não apresentaram resultados para os desembargadores da amostra.

Na revista de volume 55 foi encontrada a doutrina intitulada “Da Ética dos Juízes”, já na revista referente aos volumes 56/57 foi encontrada a doutrina “Da Morosidade Judicial”.

Ao final da coleta de dados, na totalidade de fontes informacionais pesquisadas, foi possível estabelecer um ranking pontuando os Desembargadores mais produtivos da amostra selecionada, apresentado no Quadro 11, à seguir, excetuando os que não pontuaram:

DESEMBARGADOR	QUANTIDADE DE DOCTRINA	QUANTIDADE DE JURISPRUDÊNCIA	TOTAL
1º Oto Luiz Sponholz	3	27	30
2º Sérgio Arenhart	27	2	29
3º Lauro A. Fabrício de Melo	7	20	27
4º Rosana A. Girardi Fachin	1	12	13
5º Ruy Cunha Sobrinho	3	9	12
6º Lauro Laertes de Oliveira	12	0	12
7º Telmo Cherem	3	7	10
8º Noeval de Quadros	4	6	10
9º Rosene Arão de Cristo Pereira	2	7	9
10º Lídio José Rotolli de Macedo	1	8	9
11º Rogério Coelho	4	5	9
12º Antônio Martelozzo	2	6	8
13º Jesus Sarrão	1	6	7
14º Leonardo Pacheco Lustosa	0	7	7
15º Ronald Juarez Moro	1	6	7
16º Onésimo Mendonça de Anunciação	0	6	6
17º Clayton Coutinho de Camargo	0	6	6
18º Miguel Thomaz Pessoa Filho	0	6	6
19º Eduardo Lino Bueno Fagundes	1	5	6
20º Sônia Regina de Castro	0	6	6
21º Paulo Roberto Vasconcelos	1	5	6
22º Idevan Batista Lopes	0	5	5
23º Rafael Augusto Cassetari	1	4	5
24º Antônio da Cunha Ribas	0	5	5
25º Celso Rotoli de Macedo	3	1	4
26º Carvílio da Silveira Filho	0	4	4
27º Maria José de Toledo Marcondes Teixeira	0	4	4
28º Paulo Roberto Hapner	2	2	4
29º Regina Helena Afonso de Oliveira Portes	2	1	3
30º Jonny de Jesus Campos Marques	0	3	3
31º Roberto Sampaio da Costa Barros	0	3	3
32º Robson Marques Cury	1	2	3
33º Jorge Wagih Massad	1	2	3

Continua

Conclusão

34º Antônio Renato Strapasson	3	0	3
35º Ruy Fernando de Oliveira	1	1	2
36º Ivan Campos Bortoleto	0	2	2
37º Marcus Vinicius de Lacerda Costa	0	2	2
38º Hamilton Mussi Correa	0	2	2
39º Marco Antônio de Moraes Leite	0	1	1
40º Irajá R. H. Prestes Mattar	0	1	1
41º Rogério Luis N.Canayama	1	0	1
42º Edvino Bochnia	0	1	1
TOTAL	88 (29,73%)	208 (70,27%)	296

QUADRO 10: RANKING DE PRODUTIVIDADE DESEMBARGADORES DO TJPR (2000-2010).

Fonte: O autor, 2010.

Com base neste ranking, é possível observar que a maioria absoluta de documentos recuperados na somatória total é da categoria jurisprudencial totalizando 208 itens, ou seja, 70,27% do quantitativo obtido. O nome a encabeçar a lista do ranking é justamente do Desembargador mais antigo no quadro geral, que sozinho totalizou 30 itens publicados, correspondendo a 10,13% do total. Porém isto não se reflete nos subseqüentes em ordem de antiguidade, que não apareceram na seqüência do Des. Oto Luiz Sponholz como também sendo mais produtivos, o que permite afirmar, para a amostra selecionada, que antiguidade não é sinônimo de produtividade, considerando as fontes consultadas.

Seguem as considerações finais e sugestões para trabalhos futuros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou identificar a produção intelectual dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná, intentando dar visibilidade à produção e o registro da memória intelectual, no período compreendido entre 2000 e 2010. Como resultado foi permitido conhecer a produção intelectual e/ou citação dessa produção e a organização desse resultado, registrada nos diferentes quadros dispostos ao longo do trabalho, sendo um marco inicial para o mapeamento da memória intelectual. O estudo foi desenvolvido tendo por amostra os cinquenta (50) desembargadores mais antigos; amostra definida posteriormente à fase do planejamento devido a constatação do tempo disponível para a realização e finalização do trabalho.

Nas fontes disponíveis na Internet registraram-se algumas dificuldades para localizar itens relativos à doutrina. Essa dificuldade pode estar relacionada, principalmente, à dispersão dos documentos doutrinários na rede e pela interface de pesquisa disponível nos portais, que não disponibiliza busca refinada por campos de pesquisa específicos, como por nome do autor, título, etc., o que resultou num elevado índice de documentos impertinentes recuperados no montante da pesquisa. Quanto ao resultado geral obtido de documentos pertinentes nos dois portais selecionados, registrou-se um total de 83 itens.

No que se refere à seleção de periódicos impressos utilizados para identificar a produção intelectual, considerou-se que a Revista Forense, com tradição de publicação na área do direito e de alcance nacional, retrataria a produção dos Desembargadores do Paraná, permitindo um registro dessa memória. Ao término do levantamento nos 61 números da revista que contemplam o período estipulado, registrou-se apenas 13 itens recuperados na categoria jurisprudência.

Quanto à Revista dos Tribunais impressa, também de alcance nacional, verificou-se após análise dos 126 números, que dentre a tipologia documental da área a jurisprudência predominou totalizando 185 ocorrências. Depreende-se que a maioria de documentos recuperados da categoria jurisprudência talvez esteja aliado ao pensamento de Nobre quando afirma que a pesquisa em direito não conseguiu acompanhar o nível de desenvolvimento da pesquisa em outras disciplinas embora tenha, em boa medida, acompanhado o crescimento quantitativo das demais disciplinas de ciências humanas. O mesmo autor (2004 p.7) justifica que esse

descompasso entre a pesquisa jurídica e as outras disciplinas das ciências humanas é devido “o fato de o ensino jurídico estar fundamentalmente baseado na transmissão dos resultados da prática jurídica [...] e não em uma produção acadêmica desenvolvida segundo critérios de pesquisa científica”, o que produziria muito mais doutrina que jurisprudência. Considerando que os julgamentos acontecem em câmaras especializadas, o volume de acórdãos produzidos regularmente será sempre maior em relação à doutrina.

Quanto ao objetivo relativo ao registro da memória intelectual institucional para definir ranking de produção, por nome dos Desembargadores, pode-se concluir que, dos 50 Desembargadores incluídos na amostra, 42 (84%) apresentaram resultados, enquanto 8 (16%) não pontuaram, ou seja, não foi encontrada produção destes 8 desembargadores em nenhuma das fontes de informação consultadas. Segundo Leite (2009), a contribuição dos repositórios institucionais está ligada à melhoria do sistema de comunicação que promove o aumento da visibilidade dos resultados de pesquisa e da instituição. Marques (2007) por sua vez afirma que o interesse pela memória institucional está enraizado na preocupação de se ter disponível e de forma organizada a informação jurídica, independente de suporte, para o acesso a todos os interessados, situação ainda não incorporada internamente no TJPR.

Dentre os objetivos específicos para se chegar aos resultados finais, os portais jurídicos da web “Jus Navigandi” e “DireitoNet” foram os que melhor se enquadraram dentro do que se buscava em termos da execução da pesquisa, juntamente com os periódicos impressos “Revista Forense” e “Revista dos Tribunais”. Todavia, apesar de se constituírem fontes adequadas para a investigação, os resultados obtidos preliminarmente não se mostraram satisfatórios, quando então foi decidido adicionar fontes complementares ao trabalho exploratório. Foram incluídos e consultados os sites das editoras “Forense” e “Revista dos Tribunais”, por via de seus respectivos catálogos e a Revista Paraná Judiciário da editora Juruá como repositório oficial do TJPR.

A produção coletada foi totalizada segundo a lista dos Desembargadores, tendo em vista a criação de um ranking de produtividade, sendo este o último objetivo previsto no projeto, o qual permitiu explicitar os Desembargadores que mais contribuíram, intelectualmente, na década analisada, ou seja, 2000-2010. O registro dessa memória é de suma importância não só para a sociedade, mais também para

as organizações que representam a área, cujo conteúdo documental torna-se patrimônio marcante para a história do Poder Judiciário do Paraná, como também para qualquer instituição.

Apesar de a investigação ter sido realizada não contemplando a totalidade dos 120 Desembargadores que constituem o quadro do TJPR, a presente pesquisa teve como objetivo dar visibilidade e registrar a produção identificada, permitindo também que a metodologia adotada possa ser reutilizada futuramente para que sejam realizadas novas pesquisas, desta feita com a totalidade dos Desembargadores e/ou os setenta restantes, além de aprimorada em futuros trabalhos. Foi possível criar uma referência para que se possa registrar e preservar a memória intelectual produzida, dando base ao próprio TJPR para o uso em futuros estudos, tomada de decisões e constituição de sua memória histórica, a qual também pode servir de referência para outros tribunais do Brasil e de outros países, bem como órgãos jurídicos diversos e profissionais em geral. Sugere-se ainda um estudo que analise a origem das citações para permitir mapear em quais regiões do Brasil a produção intelectual do Paraná tem sido sistematicamente citada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. S. C. de. O trabalho de conclusão de curso e a contribuição para a produção do conhecimento científico no ensino do Direito. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 15, 2006, Manaus. **Anais do...** Manaus: CONPEDI, 2006. Disponível em: <http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/anais/manaus/ensino_jur_maria_s_cruz_d_e_almeida.pdf>. Acesso em: 07/05/2010.

ALONSO, R. P. **Juiz:** aplicador ou criador do direito?. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, 28/02/2007 [Internet]. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3503. Acesso em: 07/05/2010.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Processômetro**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10350&Itemid=1125> Acesso em: 28/10/2010.

BRASIL. Leis, decretos. **Código de processo civil e legislação processual em vigor**. 42. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CATÁLOGO EDITORA FORENSE. Disponível em: <<http://www.grupogen.com.br/ch/index.aspx>> Acesso em: 21/10/2010.

CATÁLOGO EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS. Disponível em: <<http://www.rt.com.br/?sub=conteudo&id=19>> Acesso em: 21/10/2010.

DIÁRIO DE JUSTIÇA ELETRÔNICO TJPR. Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br/web/cedoc/edj>> Acesso em: 21/10/2010.

FERREIRA, A. de A; et al. Avaliação de periódicos científicos on-line na área do direito. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v.2, n.2, p. 12-26, set. 2009.

FONSECA, D. M. de; CARVALHO, G; CRUZ, J. C. Epistemologia do Campo Jurídico: reflexões acerca do papel da pesquisa jurídica, 2008. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 17, Salvador, 2008. **Anais do...** Salvador, CONPEDI, 2008. Disponível em: <http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/anais/salvador/dirce_mendes_da_fonseca.pdf>. Acesso em: 07/05/2010.

FREIRE, A. C. de L. Incursões na Subjetividade e Identidade no raciocínio judiciário. **Revista do IESP**, João Pessoa, n.1, p. 33-53, 2000.

KRZYŻANOWSKI, R. F.; FERREIRA, M. C. G. Avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, v.27, n.2, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651998000200009&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 09/11/2010.

LEITE, F. C. L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: IBICT, 2009. 120 p.

LEITE, E. de O. **Monografia jurídica**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

LEITE, Fernando César Lima; COSTA, Sely. Repositórios institucionais como ferramentas de gestão do conhecimento científico no ambiente acadêmico. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v.11, n.2, p. 206-219, maio./ago. 2006.

MARQUES, O. G. Projeto Centro de Memória Digital do TJDF: preservando a memória judiciária para futuras gerações. CONGRESSO DE ARCHIVOLOGIA DEL MERCOSUR - CAM, 7, 2007, Viña del Mar. **Anais do...** Viña del Mar, CAM, 2007. Disponível em: <<http://www.asocarchi.cl/DOCS/104.pdf>>. Acesso em: 07/05/2010.

METAS E AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O TJPR EM 2010. Disponível em: <http://portal.tjpr.jus.br/web/planejamento_estrategico/metas_2010> Acesso em: 21/10/2010.

NAUJORKS NETO, A. T. Grupos de Estudos Jurídicos Especializados em Execução Penal: Grupos de estudos e sua relevância como inovação jurisdicional. **Revista da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia**, Porto Velho: Degraf/TF RO, n.19, p.213-231, 2009.

NOBRE, M. Apontamentos sobre a Pesquisa em Direito no Brasil. **Cadernos Direito GV**, São Paulo, n.1, set. 2004. Disponível em: <<http://www.direitogv.com.br/interna.aspx?PagId=HTKCNKWI&IDCategory=4&IDSubCategory=3>> Acesso em: 07/05/2010.

PARANÁ. Tribunal de Justiça. **Resolução n. 6 de 08/08/2008**. Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br>>. Acesso em: 07/05/2010.

PARANÁ. Tribunal de Justiça. **Resolução n. 08/2008 de 16/10/2008**. Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br/e-dj/publico/carregarDocumento.do?tjpr.url.crypto=8a6c53f8698c7ff760a943e5f78e4955549b94d0e63466658a221c700814ffe21c1b64da67a1e36c>> Acesso em: 21/10/2010.

PARANÁ. Tribunal de Justiça. **Resolução n. 10 de 25/05/2005**. Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br>>. Acesso em: 07/05/2010.

PARANÁ. Poder Judiciário. **Planejamento Estratégico Poder Judiciário 2010-2014**. Curitiba, Dezembro 2009. 108 p. Disponível em: <http://portal.tjpr.jus.br/c/document_library/get_file?p_l_id=1099354&folderId=1123934&name=DLFE-19602.pdf> . Acesso em: 09/10/2010.

RODRIGUES, Reginalva. **Compartilhamento de Conhecimento em Projetos de Iniciação Científica no Departamento de Ciência e Gestão da Informação UFPR**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006. 65 p. Monografia (Bacharelado) – Curso de Gestão da Informação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

RUFINO, A. et al. Preservação e Memória: A importância dos arquivos para a construção da história das instituições a partir de um paralelo entre os arquivos impressos e eletrônicos. In: EREBD – ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 33, 2010, João Pessoa. **Anais do...** João Pessoa: EREBD, 2010. Disponível em: <http://dci.ccsa.ufpb.br/enebd/index.php/enebd/article/viewFile/172/116> > Acesso em: 30/10/2010.

SALES, R.; ALMEIDA, P. P. de. Avaliação de Fontes de Informação na Internet: Avaliando o site do NUPILL/UFSC. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.4, n.2, p. 67-68, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://revista.ibict.br/pbcib/index.php/pbcib/article/view/730> > Acesso em: 09/11/2010.

SANTOS, A. R. dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 2. edição. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999. 144 p.

SILVA, S. F. **TJPR e sua história**. Disponível em: http://portal.tjpr.jus.br/web/cedoc/historico_tj.jsessionid=dd9274dc9dfa11836d35d902c9c9 > Acesso em: 03/06/2010.

TARGINO, M. das G. Comunicação Científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.10, n.2, 2000. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/issue/view/35/showToc> Acesso em: 07/05/2010.

TOMÁÉL, M. I. et al. Avaliação de Fontes de Informação na Internet: Critérios de Qualidade. **Informações & Sociedade: Estudos**, v.11, n.2, 2001. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/293/216> > Acesso em: 09/11/2010.

TOMÁÉL, M. I. **Fontes de Informação na Internet**. Londrina: EDUEL, 2008.

VEIGA JUNIOR, C. L. Relações entre Aprumo Metodológico e qualidade de conteúdo tanto na pesquisa jurídica quanto no relato de seus resultados. **Novos Estudos Jurídicos**, n.11, p. 147-155, out. 2000.

APÊNDICES

A	TÍTULOS DOS DOCUMENTOS RECUPERADOS NO PORTAL JUS NAVIGANDI.....	57
B	TÍTULOS DOS DOCUMENTOS RECUPERADOS NO PORTAL DIREITONET.....	62
C	TÍTULOS DOS LIVROS RECUPERADOS NO CATÁLOGO DA EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS	64

A TÍTULOS DOS DOCUMENTOS RECUPERADOS NO PORTAL JUS NAVIGANDI

Desembargador Oto Luiz Sponholz:

Doutrina 1: A acusação no processo administrativo disciplinar deve ser circunstanciada, objetiva, direta e ter previsão em um tipo legal. Princípio da tipicidade no Direito Administrativo. 11/2007.

Doutrina 2: A face oculta da segurança pública. 07/2007.

Jurisprudência 1: Exceção de pré-executividade: inexigibilidade dos títulos. 05/2000.

Desembargador Telmo Cherem:

Doutrina 1: O profissional liberal e sua responsabilidade civil na prestação de serviços. 02/2005.

Doutrina 2: Institutos afins à desapropriação. 07/2001.

Doutrina 3: Fazenda pública e oficial de justiça: conflito no adiantamento de diligências. 12/2003.

Desembargador Jessus Sarrão:

Doutrina 1: As despesas processuais e a inversão do ônus da prova pelo CDC. 12/2002.

Desembargador Ruy Fernando de Oliveira:

Doutrina 1: As novíssimas reformas do código de processo civil: um novo olhar, um novo horizonte. 02/2006.

Jurisprudência 1: Título de crédito que da origem a ação de falência deve ter sua causa analisada. 01/2001.

Desembargador Celso Rotoli de Macedo:

Doutrina 1: A adequação do “custus iuris” ao novo perfil ministerial. 11/2005.

Doutrina 2: Condomínio horizontal e vertical: diferenças. 08/2006.

Doutrina 3: A intervenção do ministério público no processo civil à luz do estatuto do idoso. 06/2007.

Desembargador Onésimo Mendonça de Anunciação:

Jurisprudência 1: Da permanência da gratificação especial de localidade para juízes e posteriores alterações legislativas. 05/2008.

Desembargador Sérgio Arenhart:

Doutrina 1: A efetividade do processo pelo julgamento monocrático do tribunal. 09/2001.

Doutrina 2: Ações inibitórias e de ressarcimento na forma específica no anteprojeto de “Código Modelo de Processos Coletivos para Iberoamérica” (art.7). 09/2003.

Doutrina 3: Teoria do processo cautelar: características e classificações doutrinárias. 08/2009.

Doutrina 4: Considerações sobre a prova no processo civil. 01/2008.

Doutrina 5: A aplicabilidade da denúncia da lide nas ações de responsabilidade civil do Estado. 03/2007.

Doutrina 6: Responsabilidade civil do anestesiológico. 12/2006.

Doutrina 7: Reconhecimento do tempo de atividade informal por empregado: o projeto de lei n. 3.451/2008 e seus graves equívocos. 08/2008.

Doutrina 8: Da tutela antecipada em sede sucursal. 08/2003.

Jurisprudência 1: Busca a apreensão de objeto de leasing: contestação. 12/2001.

Desembargador Rafael Augusto Cassetari:

Doutrina 1: ADIN 2591: o direito do consumidor e os bancos. 01/2002.

Desembargador Ruy Cunha Sobrinho:

Doutrina 1: ADIN 2591: o direito do consumidor e os bancos. 01/2002.

Doutrina 2: Responsabilidade tributária do sócio na empresa limitada. 03/2007.

Doutrina 3: A efetividade do processo pelo julgamento monocrático no tribunal. 09/2001.

Jurisprudência 1: Inadimplemento de seguro: impossibilidade de rescisão unilateral do contrato. 01/2002.

Desembargadora Rosene Arão de Cristo Pereira:

Doutrina 1: A Lei nº 12.016/09 e o mandado de segurança em matéria criminal. 07/2009.

Desembargador Lauro Augusto Fabrício de Melo:

Doutrina 1: A nova lei de tóxicos: aspectos processuais. 04/2003.

Doutrina 2: Nova lei de tóxicos: tribunais anulam processos em razão da não observância do procedimento novo. 10/2002.

Doutrina 3: O fracasso da lei n. 10.409/02. 07/2003.

Doutrina 4: Procedimento criminal nas leis de tóxicos: reflexões críticas sobre as leis n. 6.368/76 e 10.409/02. 02/2004.

Desembargador Lídio José Rotoli de Macedo:

Doutrina 1: A tabela price e os efeitos deletérios da capitalização composta de juros. 10/2009.

Desembargador Rogério Coelho:

Doutrina 1: Taxa de incêndio em Minas Gerais: mais um tributo inconstitucional. 06/2004.

Doutrina 2: ISS: inconstitucionalidades das alíquotas diferenciadas em razão da atividade. 12/2000.

Doutrina 3: Responsabilidade civil objetiva derivada de execução de medida cautelar ou medida de antecipação de tutela. 10/2001.

Jurisprudência 1: Indenização por morte de torcedor em estádio de futebol. 05/2005.

Desembargadora Rosana Amara Girardi Fachin:

Doutrina 1: Uniões homo afetivas: do preconceito ao reconhecimento como núcleo de família. 11/2003.

Desembargador Robson Marques Cury:

Doutrina 1: O alcance do conceito de ordem pública para fins de decretação de ordem de prisão preventiva. 12/2007.

Desembargador Jorge Wagih Massad:

Doutrina 1: Ilegalidade de presumir-se depósitos bancários como enriquecimento ilícito do agente público para fins de improbidade administrativa. 04/2006.

Desembargador Ronald Juarez Moro:

Doutrina 1: As desclassificações no procedimento do júri. 10/2006.

Desembargador Antônio Martellozzo:

Doutrina 1: Prostituição: aspectos penais, trabalhistas e civis. 11/2009.

Jurisprudência 1: Interdito Proibitório contra servidores grevistas. 08/2001.

Desembargador Paulo Roberto Hapner:

Doutrina 1: Acusações de dano moral a bancos de sangue com base em resultados de exames de material coletado. 03/2006.

Doutrina 2: A prescrição da indenização por responsabilidade civil e a redução do prazo prescricional no código civil brasileiro de 2002. 10/2004.

Desembargador Rogério Luís Nielsen Kanayama:

Doutrina 1: Segurança jurídica e aposentadoria: o princípio da segurança jurídica assegura a manutenção da aposentadoria. 09/2008.

Desembargador Noeval de Quadros:

Doutrina 1: ADIN 2591: o direito do consumidor e dos bancos. 01/2002.

Doutrina 2: Culpa médica: considerações. 09/2004.

Doutrina 3: Posse de arma de fogo, é ou não, crime. 07/2008.

Doutrina 4: Responsabilidade civil do anestesiológico. 12/2006.

Jurisprudência 1: FIES: ação revisional de financiamento estudantil. Tabela price, usura, limitação dos juros. 03/2005.

Jurisprudência 2: Oficina é de livre escolha do segurado. 01/2006.

Desembargador Lauro Laertes de Oliveira:

Doutrina 1: Responsabilidade civil objetiva: alcance do disposto no parágrafo único do art. 927 do novo Código Civil. 10/2005.

Doutrina 2: A prescrição da indenização por responsabilidade civil e a redução do prazo prescricional no Código Civil brasileiro de 2002. 10/2004.

Doutrina 3: Da possibilidade de utilização da ação de despejo pelo fiador do contrato de locação. 09/2000.

Doutrina 4: O contrato de fornecimento de produto na classificação dos fatos jurídicos. 09/2001.

Doutrina 5: Comentários a acórdãos divergentes do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema: prazo de responsabilidade do fiador nos contratos de locação. 05/2007.

Doutrina 6: Dano moral e irresponsabilidade empresarial. 08/2002.

Doutrina 7: Dos direitos e garantias fundamentais e a continuidade do serviço público essencial. 07/2003.

Doutrina 8: Da continuidade dos serviços públicos essenciais de consumo. 11/2001.

Doutrina 9: A litigância de má-fé e a efetividade da tutela jurisdicional. 10/2005.

Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos:

Doutrina 1: Momento processual mais adequado para inversão do ônus da prova pelo CDC. 12/2002.

Desembargador Edvino Bochnia:

Jurisprudência 1: Tratorista deve indenizar motociclista morto em acidente. 05/2007.

Desembargador Antônio Renato Strapasson:

Doutrina 1: Reflexos da forma como se pede o dano moral no valor da causa. 09/2007.

Doutrina 2: ADIN 2591: o direito do consumidor e os bancos. 01/2002.

Doutrina 3: ICMS: manutenção do crédito nas remessas de mercadorias à zona franca de Manaus. 10/2008.

B TÍTULOS DOS DOCUMENTOS RECUPERADOS NO PORTAL DIREITONET

Desembargador Oto Luiz Sponholz:

Doutrina 1: Intervenção obrigatória do Ministério Público em ações envolvendo o município. 03/2003.

Desembargadora Regina Helena Afonso de Oliveira Portes:

Doutrina 1: Responsabilidade civil do Estado e poder de auto-tutela. 08/2006.

Doutrina 2: Supremacia do interesse público. 01/2008.

Desembargador Sérgio Arenhart:

Doutrina 1: Dos novos direitos e da necessidade de uma tutela jurisdicional diferenciada. 07/2005.

Doutrina 2: Fraude à execução e penhora de ativos financeiros. 05/2009.

Doutrina 3: Ação rescisória e o enunciado 298 do TST – breves considerações. 11/2004.

Doutrina 4: Breves considerações acerca da preclusão. 08/2008.

Doutrina 5: O papel do princípio de duplo grau de jurisdição na lei de arbitragem. 08/2008.

Doutrina 6: Tutela antecipada - Possibilidade de concessão ex. officio quando verificado abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu. 12/2009.

Doutrina 7: O princípio da fungibilidade na medida cautelar. 03/2010.

Desembargador Rosene Arão de Cristo Pereira:

Doutrina 1: O controle das estações de rádio base pelos municípios: aspectos jurídicos e ambientais. 02/2006.

Desembargador Lauro Augusto Fabrício de Melo:

Doutrina 1: Nova Lei Antitóxicos: anulação do processo em razão da não observância do procedimento novo. 10/2002.

Doutrina 2: STJ anula processo em razão da não-aplicação do procedimento previsto na lei 10.409/2002 (nova lei antitóxicos). 11/2005.

Doutrina 3: O papel da jurisprudência à efetividade de um direito processual penal de garantia. 04/2006.

Desembargador Eduardo Lino Bueno Fagundes:

Doutrina 1: O papel da jurisprudência à efetividade de um direito processual penal de garantia. 04/2006.

Desembargador Antônio Martellozzo:

Doutrina 1: Intervenção obrigatória do ministério público em ações envolvendo o município. 03/2003.

Desembargador Lauro Laertes de Oliveira:

Doutrina 1: Intervenção obrigatória do ministério público em ações envolvendo o município. 03/2003.

C TÍTULOS DOS LIVROS RECUPERADOS NO CATÁLOGO DA EDITORA RT

Desembargador Sérgio Arenhart:

Livro 1: Curso de Processo Civil – Processo Cautelar – v. 4, 2. ed.

Livro 2: Prova.

Livro 3: Aspectos Polêmicos e Atuais dos Recursos Cíveis – v.11.

Livro 4: Estudos de Direito Processual Civil.

Livro 5: Curso de Processo Civil – Procedimentos Especiais.

Livro 6: Temas Atuais de Direito Processual Civil – Perfis da Tutela Inibitória Coletiva.

Livro 7: Temas Atuais de Direito Processual Civil – A Tutela Inibitória da Vida Privada

Livro 8: Os Poderes do Juiz e o Controle das Decisões Judiciais

Livro 9: Direito Processual Coletivo.

Livro 10: Curso de Processo Civil – Processo de Conhecimento. v.2, 8.ed.

Livro 11: Aspectos Polêmicos e Atuais dos Recursos Cíveis, v. 4.

Livro 12: Curso de Processo Civil – Execução – v.3, 2.ed.

Desembargador Rogério Coelho:

Livro 1: Aspectos Polêmicos e Atuais dos Recursos Cíveis. v. 9.

ANEXOS

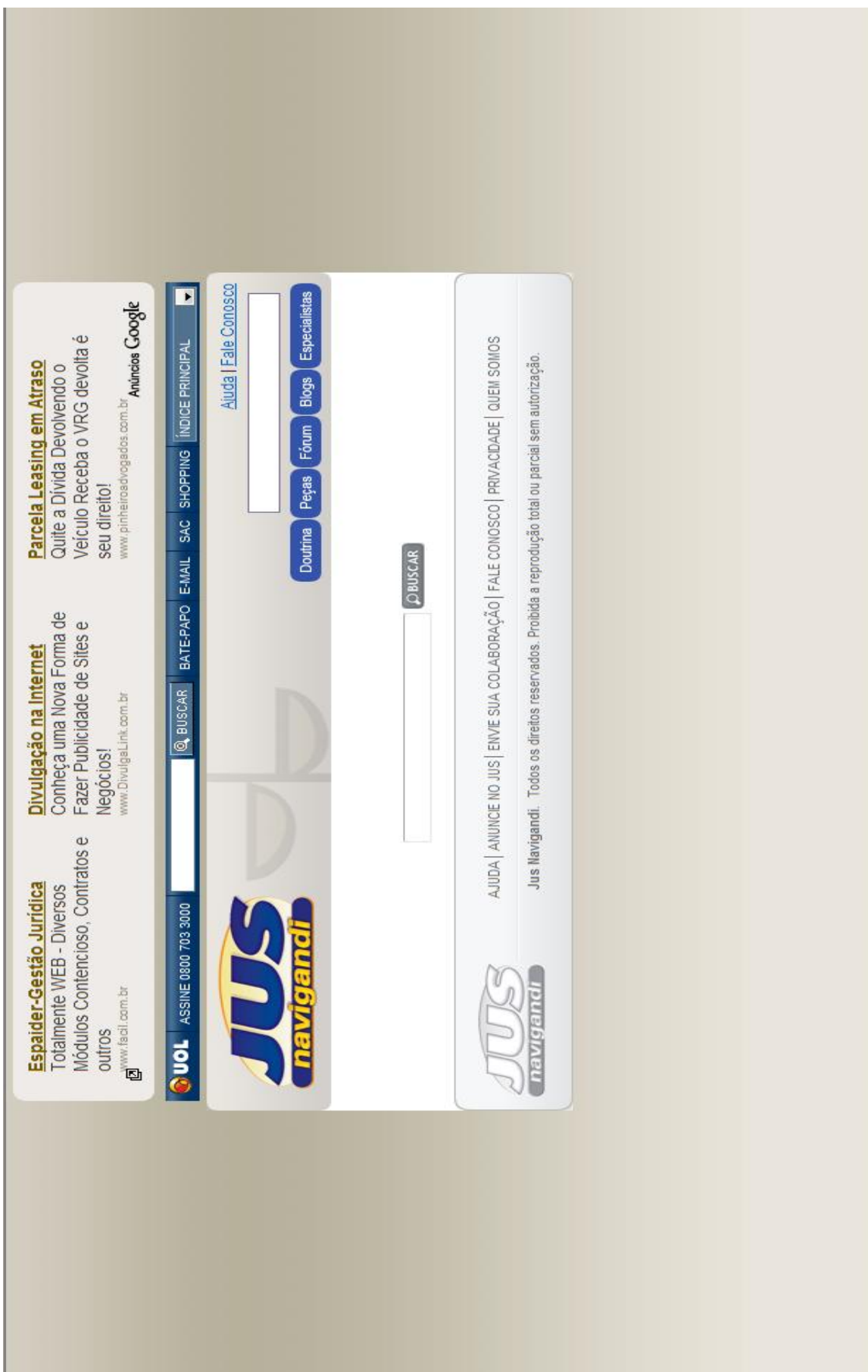
A	LISTA COM OS 50 DESEMBARGADORES MAIS ANTIGOS SELECIONADOS COMO AMOSTRA NO DIA 09/08/2010.....	66
B	TELA DA INTERFACE DE BUSCA DO PORTAL JUS NAVIGANDI.	68
C	TELA DA INTERFACE DE BUSCA DO PORTAL DIREITONET	69
D	TELA DA INTERFACE DE BUSCA DO PORTAL DA EDITORA FORENSE.....	70
E	TELA DA INTERFACE DE BUSCA DO PORTAL DA EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS	71

**A LISTA COM OS 50 DESEMBARGADORES MAIS ANTIGOS SELECIONADOS
COMO AMOSTRA NO DIA 09/08/2010.**

1	OTO LUIZ SPONHOLZ
2	TELMO CHEREM
3	JESUS SARRAO
4	REGINA HELENA AFONSO DE OLIVEIRA PORTES
5	RUY FERNANDO DE OLIVEIRA
6	LEONARDO PACHECO LUSTOSA
7	IVAN CAMPOS BORTOLETO
8	CELSO ROTOLI DE MACEDO
9	ONESIMO MENDONCA DE ANUNCIACAO
10	JONNY DE JESUS CAMPOS MARQUES
11	CLAYTON COUTINHO DE CAMARGO
12	IDEVAN BATISTA LOPES
13	SERGIO ARENHART
14	RAFAEL AUGUSTO CASSETARI
15	ANTONIO DA CUNHA RIBAS
16	DULCE MARIA SANT'EUFEMIA CECCONI
17	MIGUEL THOMAZ PESSOA FILHO
18	MARCO ANTONIO DE MORAES LEITE
19	RUY CUNHA SOBRINHO
20	ROSENE ARAO DE CRISTO PEREIRA
21	LAURO AUGUSTO FABRICIO DE MELO
22	IRAJA ROMEO HILGENBERG PRESTES MATTAR
23	LIDIO JOSE ROTOLI DE MACEDO
24	CARVILIO DA SILVEIRA FILHO
25	ROGERIO COELHO
26	EDUARDO LINO BUENO FAGUNDES
27	EDSON LUIZ VIDAL PINTO
28	ROBERTO SAMPAIO DA COSTA BARROS
29	MARCUS VINICIUS DE LACERDA COSTA
30	ROSANA AMARA GIRARDI FACHIN
31	ROBSON MARQUES CURY
32	MARIA JOSE DE TOLEDO MARCONDES TEIXEIRA

33	JORGE WAGIH MASSAD
34	RONALD JUAREZ MORO
35	ANTONIO MARTELOZZO
36	LUIZ ZARPELON
37	ANTENOR DEMETERCO JUNIOR
38	PAULO ROBERTO HAPNER
39	SONIA REGINA DE CASTRO
40	ROGERIO LUIS NIELSEN KANAYAMA
41	NOEVAL DE QUADROS
42	LAURO LAERTES DE OLIVEIRA
43	PAULO ROBERTO VASCONCELOS
44	JOAO KOPYTOWSKI
45	EDVINO BOCHNIA
46	VALTER RESSEL
47	DIMAS ORTENCIO DE MELO
48	ARQUELAU ARAUJO RIBAS
49	ANTONIO RENATO STRAPASSON
50	HAMILTON MUSSI CORREA

B TELA DA INTERFACE DE BUSCA DO PORTAL JUS NAVIGANDI



C TELA DA INTERFACE DE BUSCA DO PORTAL DIREITONET

DireitoNet

Tudo sobre Direito em um só lugar.

BUSCAR

Home

O que é o DireitoNet?

Comprar créditos

Olá! Acesse sua área

veja mais

Artigos

Blog

Columistas

Concursos

Contratos

Dicionário

Jurisprudência

Legislação

Livros

Notícias

Petições

Resumos

Roteiros

Súmulas

Testes

Artigos jurídicos enviados por usuários do DireitoNet.
Para publicar seus artigos nesta seção, clique aqui.

OK

2.400

artigos

VEJA A LISTA COMPLETA

DN

CRIE SUA LISTA DE CONTEÚDO PREFERIDO

Administrativo	Consumidor	Processo Civil
Ambiental	Família	Processo Penal
Cível	Penal	Trabalhistas
Constitucional	Previdenciário	Tributário

Novidades

27/out/2010

Licitação: Publicidade e propaganda - Lei 12.232/2010

Por Victor Salomao Paiva. A promulgação da Lei 12.232 é um marco para publicidade brasileira, garantindo a valorização dos profissionais, fortalecendo as agências, dando segurança ao mercado e permitindo a competitividade das

D TELA DA INTERFACE DE BUSCA DO PORTAL DA EDITORA FORENSE

Quarta-Feira, 27/10/2010. | Novo usuário? [Cadastre-se](#)

Gen Grupo Editorial Nacional

OK Busca Avançada | Onde Comprar

Meus Pedidos > Meu Cadastro

Meu Carrinho

GUANAMARA KOGAN

gen Obras em Espanhol

LTC EDITORA

EDITORIA MÉTODO

FORENSE

FORENSE UNIVERSITÁRIA

Home >> Busca avançada

Abaixo estão todos os produtos relacionados à busca.
Veja abaixo a lista resumida com outras opções de ordenação.

Busca Avançada

Título:

Autor:

ISBN:

Editora:

Palavra Chave:

Faixa de Preço:

Ordenado por:

Sentido:

Pesquisar

Áreas

- > **Biomedica**
 - Ciências Biológicas / Biomedicina
 - Ciências Biológicas / Licenciatura
 - [Veja mais](#)
- > **Ciências Exatas**
 - Economia/Administração
 - Adm Empresas
 - Agronomia (Eng Agronômica)
 - [Veja mais](#)
- > **Ciências Sociais e Humanas**
 - Ciências Sociais
 - Filosofia.
 - [Veja mais](#)
- > **Jurídica/Concursos**
 - Curso Preparatório
 - Direito
 - [Veja mais](#)

OK Busca Avançada

E TELA DA INTERFACE DE BUSCA DA EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS

EDITORA
REVISTA DOS TRIBUNAIS

HOME | SOBRE A RT | FALE CONOSCO | LIVRARIA RT | LOGIN

BUSCAR

EM

Livros

OK

PRODUTOS SERVIÇOS LANÇAMENTOS ESTUDANTES PROFESSORES REVENDEDOR AUTORES CADASTRO RT INFORMA VÍDEOS

CATEGÓRIAS

Administrativo

Civil

Clássicos Jurídicos

Comercial e
Empresarial

Constitucional

Difusos e Coletivos

História/TED/Ética

Internacional

Penal

Processo Civil

Processo Penal

Trabalho e Previdência

Tributário

Veja Mais

SIGA-NOS

DIREITO PENAL DOCTRINAS ESSENCIAIS

ALBERTO SILVA FRANCO
GUILHERME DE SOUZA NUCCI
ORGANIZADORES

UMA VERDADEIRA ENCICLOPÉDIA JURÍDICA SOBRE
DIREITO PENAL COM A RECONHECIDA QUALIDADE RT.

1 2 3 4

RT NEWS

- » Projeto de lei ampliará área de atuação dos Juizados Especiais Criminais
- » OAB entrará com ação na Justiça Federal contra a Medida Provisória 507
- » Passageiro exposto a constrangimento antes do voo deverá ser indenizado
- » Record e SBT são investigadas por exploração de imagens

PERIÓDICOS

O sistema regional europeu de proteção dos direitos humanos

Este ensaio se propõe estudar o sistema regional europeu de proteção dos direitos humanos, em especial as inovações introduzidas à Convenção Europeia de Direitos Humanos pelo Protocolo Adicional n. 11. Estudar-se-á a Corte Europeia

ADQUIRA JÁ!

MANUAL DE ARBITRAGEM

Luiz Antonio
Scovone Junior

4ª edição
revisada e atualizada

RT

NOVIDADES POR E-MAIL

CADASTRAR

AGENDA